

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	39
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	42
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	44
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	62
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	63
10.8 - Plano de Negócios	64
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Em relação aos riscos indicados no 4.1., informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Os riscos aos quais estamos expostos são monitorados constantemente, a fim de minimizar os impactos que mudanças no cenário macroeconômico, regulação de setores de atuação, entre outros, possam vir a ter sobre as nossas operações e resultados. Os riscos mapeados são apresentados e discutidos mensalmente no âmbito da Diretoria e do Conselho de Administração.

Os nossos fluxos de processos e sistemas e de suas controladas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes, tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

Não existe atualmente uma política formalizada e em uso de gerenciamento de riscos, haja visto a extrema instabilidade do ambiente da companhia em razão do contexto de insolvência em que está inserida. O atual baixo nível de atividade faz com que os riscos operacionais a que estamos expostos sejam materialmente ínfimos em relação aos riscos decorrentes do ambiente legal e financeiro, o qual é virtualmente impossível de sistematizar em uma política.

Ocasionalmente buscamos proteção para riscos cambiais através da aquisição de instrumentos financeiros derivativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2. , informar:**

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez, risco de capital.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, através do uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, a Companhia não possuía contratos de derivativos em aberto.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco cambial:

Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais a Companhia busca equilibrar a sua balança comercial entre compras e vendas em moedas diferentes da moeda funcional. As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de contratação de derivativos cambiais, comumente utilizados na gestão do risco cambial.

A Companhia tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial.

Risco de taxa de juros:

Analisamos nossa exposição à taxa de juros de forma dinâmica. Quando aplicável são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nestes cenários, definimos uma mudança razoável na taxa de juros e calculamos o impacto sobre o resultado.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e registrada quando aplicável provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Risco de liquidez:**

A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. Geralmente, isso é realizado em nível corporativo do Grupo, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pelo Grupo. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a Companhia atua. Além disso, os princípios de gestão de liquidez do Grupo envolvem a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Risco de capital:

Monitoramos o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida sobre o capital total. A dívida líquida, conforme calculado por nós, corresponde ao total do endividamento financeiro (incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e *bonds*, de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de endividamento sem previsão de vencimento e o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito. O capital total é apurado através da soma do capital social, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não havia contratos de derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, segundo as políticas aprovadas, exceto para as controladas em conjunto, as quais são compartilhadas com os demais acionistas controladores. A nossa tesouraria identifica e avalia a posição da Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as nossas unidades operacionais. Quando aplicável, o Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O monitoramento do impacto das operações com instrumentos derivativos, quando existentes, é analisado mensalmente e todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, realizamos testes e controles sistemáticos como análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira, das variações na taxa de juros e dos riscos envolvendo operações com derivativos.

Conforme anteriormente mencionado, a Companhia está exposta a riscos de flutuação de taxa de juros e a moedas estrangeiras (diferentes da sua moeda funcional, o "Real"), principalmente ao dólar norte-americano em seus empréstimos e financiamentos. A análise leva em consideração 3 cenários de flutuação nestas variáveis. Na definição dos cenários utilizados a Administração acredita que as seguintes premissas possam ser realizadas, com suas respectivas probabilidades, contudo cabe salientar que estas premissas são exercícios de julgamento efetuado pela Administração e que podem gerar variações significativas em relação aos resultados reais apurados em função das condições de mercado, que não podem ser estimadas com segurança nesta data para o perfil completo das estimativas.

Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução 475 a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando:

- Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) provável estimada pela Administração:

Taxa de juros para o ano de 2019: 6,5%

US\$: 3,80

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2019: Aumento para 8,1%

US\$: 4,75

- Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2019: Aumento para 9,8%

US\$: 5,70

Análise de Sensibilidade - Variações moeda estrangeira e taxa de juros conforme cenário acima descrito - R\$ mil:

Operação	Risco	Em milhares de R\$		
		Cenário conforme definição acima		
		Provável	Possível	Remota
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	- 284	3.134	6.552
Empréstimos e financiamentos	Alta de taxa de juros	107	133	160
Total (ganho) perda		- 177	3.267	6.712

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a. **As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**
- b. **As estruturas organizacionais envolvidas**
- c. **Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

Adotamos práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de nossos processos, assim como busca garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e B3; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas, em Português e Inglês, no horário ajustados ao Brasil e Ásia; (vii) sua página na internet e blog para investidores; e (viii) relacionamento com analistas, investidores, agências de classificação de risco, assessorias de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos gestores profissionais.

Desde 2011 possuímos o Centro Administrativo, o qual atende as Unidades de negócio situadas no Brasil. Este administrativo tem uma operação independente a Unidade de Negócio, prestando serviços na área Financeira, Recursos Humanos, Controladoria, Tecnologia da Informação e Suprimentos Não Produtivos. O Centro de Serviço tem com objetivo a padronização dos processos e informações.

Os fluxos de nossos processos e sistemas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais *frameworks* de controles.

- d. **Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**
- e. **Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Nossos auditores emitiram em Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos, as seguintes novas recomendações e recomendações originárias de auditorias/revisões passadas, ainda não solucionadas:

Novas recomendações

1. Aprimorar o procedimento de confecção dos laudos de avaliação de vida útil e testes de impairment dos ativos.

A Companhia realiza anualmente os laudos para avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados, além do teste de impairment para os próprios imobilizados e também intangíveis, pela expectativa de rentabilidade futura de determinadas companhias adquiridas, avaliando impactos pela redução ao valor recuperável destes.

Pela atual situação da Companhia e relevância do tema, entendemos que o processo pode ser melhorado, principalmente no que se refere à sua periodicidade e aprofundamento de detalhes sobre as referidas avaliações.

Comentários da administração:

Por ocasião do pedido de recuperação judicial e haja visto o disposto na lei 11.101/05, a cia contratou laudos de avaliação da integralidade do seu ativo imobilizado em Julho de 2015. Desde então diversos ativos foram desinvestidos e os preços foram consistentes com os referidos laudos. Em um número menor de vezes as ofertas recebidas por bens do ativo permanente divergiram dos valores do laudo, casos em que foi contratada a revisão dos mesmos pelo expert., e modificada quando aplicável. Adicionalmente, em diversos momentos, a cia. encomendou laudos aos seus engenheiros que foram preparados com fontes de informação independentes e que convalidaram na maior parte das vezes os laudos do expert. Assim a administração da cia. entende que o material produzido a esse respeito tem sido eficaz e apropriado.

Com relação aos testes de impairment, a cia. produz ditos testes com a periodicidade requerida pela normativa contábil e sempre que há algum evento que mude a avaliação da recuperabilidade de um ativo. O auditor externo avaliou a informação fornecida sem ressalva.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A administração diverge da opinião do auditor no que tange a correlação entre a situação da cia. e a necessidade de produzir informação com maior periodicidade, lembrando que ao longo do período de crise financeira do grupo, os ativos foram substancialmente desvalorizados para refletir as suas consequências. Sem prejuízo, podemos produzir aprofundamento ou detalhes que se façam necessários à melhor compreensão da informação.

2. Atentar para a legislação referente às operações para aumento de capital - AFAC.

O grupo realiza o aporte, entre as empresas do grupo, de recursos financeiros na forma de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Na hipótese de serem recebidos os aportes e não ocorrer o aumento de capital social com a totalidade dos recursos recebidos, sendo devolvidos parte do valor para a mutuante ou mesmo não sendo o aumento de capital efetuado no prazo estabelecido no Parecer Normativo CST nº 17/84, o fisco pode entender pela configuração de um mútuo financeiro, no qual há incidência de IOF conforme Decreto 6.306/2007.

Observamos fragilidades nas rotinas para controle de prazos dos AFAC e das movimentações de recursos, sendo assim recomendável que sejam estas aprimoradas a fim de que não sejam inobservadas as normativas aplicáveis.

Comentários da administração:

A companhia implementou nova rotina trimestral para as verificações pertinentes. Entendemos ter cumprido com a legislação e ter recolhido os tributos aplicáveis. Sem prejuízo, serão efetuadas reanálises a fim de detectar eventuais divergências.

3. Atentar para a apropriação de créditos tributários referentes às notas de energia elétrica.

A Companhia se apropria de créditos tributários decorrentes da compra de energia elétrica para consumo no processo de industrialização. Referida apropriação está prevista na legislação vigente, porém, ante a possível operação intermitente de certas unidades produtivas, seria recomendável a verificação de que os créditos sejam tomados em conformidade com a legislação aplicável.

Comentários da administração:

Conforme o artigo 3º, inciso III, da Lei nº 10.833/2003 - é possível creditar-se da totalidade da energia consumida pela pessoa jurídica, independentemente do setor. A recomendação no entanto está sendo avaliada pelos setores tributário e técnico da cia. e receberá o tratamento aplicável, tendo em vista a complexidade dos contratos de fornecimento de energia.

4. Avaliar determinados créditos tributários contabilizados pelas empresas do grupo em aberto há mais de 5 anos.

Recomendamos a administração realizar o levantamento dos documentos que suportem os saldos registrados, e caso aplicável realizar a baixa dos saldos sem perspectiva de recuperabilidade.

Comentários da administração:

A companhia vem empenhando esforços no sentido de recuperar e restituir os créditos tributários registrados no seu balanço. Os esforços vem sendo frutíferos ante a real perspectiva de obter restituições de montante, tendo os respectivos créditos sido homologados recentemente pela Receita Federal. Estamos procedendo o levantamento de todos os tributos e será procedida a baixa dos créditos que não possam ser recuperados.

5. Manter os saldos de ISS a recolher devidamente atualizados.

Identificamos valores de ISS a pagar em aberto, sem a devida atualização de juros e multas.

Conforme disposto nas legislações municipais das referidas unidades, há a incidência de multa e juros quando ocorrer o recolhimento do imposto em atraso.

Comentários da administração:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

As provisões referem-se principalmente a serviços prestados e que não foram faturados aos clientes por diversas razões, alguns inclusive objeto de discussão judicial em curso. Em diversos casos, não é claro o responsável pelo recolhimento, se a empresa ou tomador do serviço, e nem o município em favor do qual deverá ser recolhido o tributo. Neste sentido, tendo em conta que o reconhecimento dos serviços ocorrerá somente em momento futuro, se sobrevier, estão registrados no passivo os valores nominais estimados pela cia.

Sumário das principais recomendações recorrentes.

6. Adequar controle individual de bens do ativo imobilizado.

As identificações dos ativos imobilizados demonstradas no relatório individual de bens, por vezes, não condizem com as marcações individuais nos bens físicos. Devido à Companhia ter trocado de prestador de serviço durante a elaboração do controle, alguns aspectos de identificação perderam o rastro. O controle efetivo é mantido por meio de planilha eletrônica.

A deficiência do controle individual demonstra fragilidade no controle interno sobre os ativos imobilizados, bem como dificulta no que diz respeito ao acompanhamento e apuração da depreciação dos bens.

Recomendamos que o controle individual de bens do ativo imobilizado seja adequado e sistematizado. Para que tal procedimento possa ser solucionado, entendemos que os seguintes passos devam ser cumpridos:

- i. Atualização do levantamento físico dos bens existentes com a devida localização da documentação fiscal de aquisição;
- ii. Confronto dos valores apurados com os saldos contábeis existentes na data de apuração.

Comentários da administração:

Os equipamentos da companhia são muitas vezes expostos a calor extremo, manutenções com pintura ou expostos a solventes, o que propicia a perda das plaquetas de identificação. Muitos itens, especialmente os mais valiosos, são de fácil identificação, pelo que a companhia reconhece a importância do processo, mas não o considera prioritário ante outras imperfeições a serem sanadas diante do seu momento econômico-financeiro. Sem embargo, à medida que tem sido procedida a venda de numerosos bens do ativo permanente, a cia tem paulatinamente reconciliado o registro dos itens remanescentes.

7.Efetuar segregação de funções conflitantes.

Devido a atual situação da Companhia, que com a continuidade do plano de recuperação judicial e esforço da administração estão reestruturando os negócios, diversos cargos foram eliminados durante o processo, sendo que os funcionários de todos os setores vêm acumulando deveres e funções. A ausência das devidas segregações de funções traz possíveis falhas e inseguras nos controles internos geridos pela Companhia. A administração entende a deficiência, mas considera como um risco inerente ao atual momento das empresas do Grupo.

Recomendamos que a Companhia, apesar da redução do número de funcionários, avalie a possibilidade de segregar posições-chave para mitigar os riscos mencionados.

Comentários da administração:

Como mencionado, a deficiência é reconhecida e foi voluntariamente apontada a auditoria. O problema terá a atenção devida após a conclusão de determinadas implementações de sistemas críticas por compliance legal e racionalização de custos.

8.Sistematizar processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Atualmente o processo de consolidação das demonstrações financeiras das empresas do Grupo é realizado pela contabilidade, por meio de planilhas eletrônicas.

O processo de consolidação requer a aplicação de diversos conceitos, conforme requerido pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, e devido ao grau de complexidade pelo número de empresas que fazem parte do Grupo e as transações efetuadas, o controle desse processo por planilhas demonstra fragilidade a possíveis erros.

Recomendamos que a Companhia adote o processo de consolidação, ou parte dele, através de um sistema especializado, mitigando possíveis distorções.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comentários da administração:

As atividades da companhia tendem a concentrar-se progressivamente em no máximo três entidades legais, pelo que buscaremos formas de mitigar os riscos operacionais expostos priorizando essas entidades. Como condição precedente, é necessária a conclusão da implementação do sistema SAP na unidade de Veranópolis, que gera dados para duas das entidades relevantes. Estando todas as empresas em um sistema integrado, torna-se possível a estrutura de consolidação pelo SAP.

9.Acompanhar periodicamente a posição dos adiantamentos.

A Companhia e suas controladas possuem em aberto diversos saldos de adiantamentos, com clientes e fornecedores, advindos de suas operações e suas atividades, principalmente antes do processo de recuperação judicial. Durante os últimos exercícios, houve esforços da Administração para realização dos referidos adiantamentos, que em sua maioria são maquinários e itens que estão em processo de importação e por diversos motivos ainda não tiveram sua autorização liberada.

Recomendamos que a Companhia acompanhe a realização dos adiantamentos com o apoio de seus assessores jurídicos e especialistas.

Comentários da administração:

Fora efetuado levantamentos de todos os adiantamentos, os quais estão sendo direcionados aos assessores jurídicos responsáveis por causas cíveis da Lupatech, para providências. Alguns casos pouco relevantes estão sendo conciliados para verificação de possível baixa para perda.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os riscos, regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de Integridade são atualizados periodicamente em decorrência de alterações na legislação, implementação de melhorias, bem como, adequações da estrutura interna, a fim de garantir o constante aprimoramento. As principais políticas, código e procedimentos de integridade abrangem:

O Código de Conduta da Lupatech que foi criado originalmente em 2008 e atua como principal instrumento de Integridade que abarca nossos valores, princípios éticos, regras e representa o compromisso contínuo de conduzir nossas atividades de forma ética, transparente e em estrito cumprimento as leis vigentes. Em 2018, revisamos nosso o Código, ampliando com as melhores práticas, reforçando e renovando sua importância. A companhia possui um código específico para fornecedores.

O Programa de Integridade da Lupatech é balizado em princípios, diretrizes, leis vigentes e composto por medidas, políticas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e correção de fraudes e atos de corrupção contra a administração pública ou empresas privadas.

A Política Anticorrupção da Companhia foi elaborada com o intuito de fortalecer os conceitos existentes em nosso Código de Conduta, bem como, estabelecer mecanismos para identificação e mitigação de quaisquer riscos de atos lesivos, tais como desvios, fraudes e irregularidades. A política também abrange as diretrizes e práticas que devem nortear todos os envolvidos com a condução de nossos negócios e foi especialmente pautada pelas disposições contidas na Lei.

Nossos principais mecanismos de Integridade são:

- ✓ Canal de Denúncias e de Comunicação: Disponibilizamos canais para comunicação com o propósito de esclarecer dúvidas, receber e tratar denúncias, críticas e opiniões que contribuam para o combate a corrupção, desvios éticos e fraudes.
- ✓ Treinamento e a Comunicação interna: A conscientização é fundamental para evitar violações ou qualquer desvio de conduta frente aos valores, princípios e diretrizes da Lupatech.
- ✓ Estabelecimento de regras e limites claros relativos ao oferecimento e aceitação de brindes, presentes e hospitalidades, participação em licitações, entre outros.
- ✓ Definições restritivas no que tange as doações e ou patrocínios
- ✓ Instituição de normativos e procedimentos para assegurar a conformidade com as leis, a correta gestão dos relacionamentos nos negócios da companhia e o esclarecimento relativo as proibições contra suborno e corrupção, entre outros.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O Diretor Presidente da Lupatech tem a atribuição de supervisionar e assegurar a eficácia do Programa de Integridade em conformidade com leis e regulamentos. O Gestor de Compliance é a responsável por operacionalizar o programa, pela

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

gestão do dia-a-dia, estabelecendo normas e procedimentos, treinamento e demais instrumentos necessários. Para garantir a autonomia, este reporta-se diretamente ao Presidente da empresa.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta, o Programa de Integridade, políticas e outros normativos destinam-se ao Conselho, a alta administração, colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, prestadores de serviços, e demais envolvidos com a cadeia de negócios da Lupatech.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O treinamento e a comunicação interna são ferramentas essenciais para a efetividade do Programa de Integridade, Código de Conduta e demais políticas. Nosso plano anual de treinamento inclui diversos mecanismos de reforço contínuo por meio de materiais e recursos online, bem como, treinamentos presenciais. Para novos colaboradores o treinamento é realizado na Integração.

Em fevereiro de 2019, realizamos um treinamento para todos os colaboradores, bem como, para a alta administração com o objetivo de reforçar os conceitos e diretrizes do Código de Conduta e demais políticas, evitar desvios de conduta, entre outros.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A companhia possui um procedimento específico para ações disciplinares no caso de descumprimento das políticas, procedimentos e ou violações ao Código de Conduta. As infrações estão sujeitas a aplicação de sanções como advertência, suspensão e poderão incluir a rescisão do contrato ou medidas cabíveis de acordo com a legislação em vigor.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação o e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão atual do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2018. O endereço para consulta é https://lupatech.infoinvest.com.br/static/ptb/politicas_regimentos.asp?language=ptb

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui canais de denúncias para receber demandas internas e externas através dos e-mails codigodeconduta@lupatech.com.br e compliance@lupatech.com.br, bem como, pela nossa página na internet pelo link: <http://www.lupatech.com.br/canal-de-denuncia>

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Atualmente os canais são administrados internamente. As denúncias são recebidas pelo gestor de Compliance.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias é aberto a colaboradores e terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A denúncia pode ser anônima ou não. Em todos os casos é garantida a não-retaliação e a confidencialidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**
- c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Com o intuito de prevenir a responsabilização da companhia por atos lesivos praticados em virtude de processos de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, é realizado previamente um processo de *due diligence* legal e de compliance para identificação de irregularidades e riscos.

- d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não se aplica

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

No último exercício social não houve alterações nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Comentários sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 25 de maio de 2015, a Companhia ajuizou, em conjunto com outras empresas do Grupo Lupatech, pedido de recuperação judicial.

Em 18 de novembro de 2015, a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial, sendo o mesmo homologado em 11 de dezembro de 2015 pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas.

No ano de 2015, a Administração teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de substanciais quantias do seu principal cliente (R\$ 36.951 em dezembro de 2015).

Em 27 de junho de 2016, provimentos dados a agravos de Instrumentos interpostos por dois credores, anularam a decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech, sendo que em atenção à decisão proferida pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi apresentado um novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech junto ao juízo de origem.

O Novo Plano de Recuperação Judicial estabeleceu os termos e condições para a reestruturação das dívidas do Grupo Lupatech e atendeu aos critérios estabelecidos nos acórdãos da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em 8 de novembro de 2016, o Novo Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 01 de dezembro de 2016.

Apresentamos embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 19 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Diante da homologação final do juízo, o prazo para agravos contra a homologação do plano esgotou em 13 de março de 2017.

A administração do grupo, avaliou que a inexistência de agravos subsequentes confirmava integralmente a legalidade do plano e dos seus efeitos a partir da sentença homologatória da decisão soberana da assembleia de credores, e assim conferiu segurança para a Companhia, seus investidores, credores e parceiros comerciais.

Parte dos credores da Classe I da Companhia puderam satisfazer seus créditos com a subscrição de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações da Lupatech S/A. A satisfação dos demais credores que não optaram por esta subscrição segue o disposto no Plano de Recuperação Judicial, qual seja a adjudicação de ações de sociedade de propósito específico (SPE), na forma do art. 50 XVI da lei nº 11.101.

Em 28 de novembro de 2017 a Companhia anunciou a 3ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações da Lupatech S/A no montante de até R\$30.000. A emissão foi concluída em 31 de janeiro de 2018 com a subscrição de R\$ 29.313.

No curso de 2016 e 2017, a Companhia foi capaz de injetar e equilibrar, ainda que com restrições, o capital de giro e executar os investimentos requeridos pelas suas operações. Entretanto, em qualquer cenário desenvolvido pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações e para isso, a companhia vendeu participação societária de empresa controlada (R\$ 28.599 em 2016 e R\$ R\$ 11.778 em 2017).

Durante o ano de 2018, como nos anos imediatamente anteriores, a proporção de conversão de orçamentos em pedidos permaneceu abaixo dos níveis históricos. A Petrobrás, em particular, licitou em níveis ligeiramente crescentes, mas comprou

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em proporção muito menor do que costumava fazer – aliás esse comportamento atípico afetou nosso desempenho, pois mantivemos recursos prontos para atender aquelas licitações que havíamos ganhado.

No decorrer de 2018 o histórico de cotações de Válvulas Industriais e Oil&Gas foram evoluindo devido ao aquecimento no mercado. Tanto o aumento da demanda por consultas como um possível incremento da conversão em pedido são elementos que conduziram à elevação do faturamento, tão necessária para que atinjamos os *break even* de nossas operações.

Em 29 de outubro de 2018 o Conselho de Administração aprovou a emissão de 3.404.528 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e oito) Bônus de Subscrição para entrega em pagamento de 50% da dívida dos credores classe III e IV e 35% dos credores classe II. Os Bônus foram emitidos e escriturados em nome dos credores aptos à tal, havendo o juízo da Recuperação Judicial autorizando que a companhia mantivesse em tesouraria os valores mobiliários correspondentes aos credores que por falta de informações cadastrais, por impossibilidade operacional ou por falta de liquidez em seu crédito não pudessem ter seus Bônus escriturados.

Em novembro de 2018, frente a recuperação mais lenta que prevista para o ambiente de negócios, o Grupo Lupatech negociou com os seus credores quirografários um pequeno ajuste no cronograma de pagamentos dos créditos quirografários, com o reescalonamento parcial das parcelas iniciais mediante a contrapartida de um aumento da taxa de juros de TR+3% para TR+3,3%. No 1T19, a renegociação foi homologada pelo juízo recuperacional sem oposição de qualquer credor, tornando-se então vinculante a toda a Classe III de credores.

A demanda por cabos de ancoragem voltou a ressurgir no fim de 2018, com algumas licitações importantes. Como toda a indústria apresenta enorme ociosidade, estes primeiros pedidos foram direcionados a nossos concorrentes, manifestamente pela sua melhor solidez financeira. Há um *pipeline* importante de novas FPSOs a serem ancoradas nos próximos anos, sendo bastante possível que falte capacidade instalada na indústria. Nessa hipótese, o que seria um revés inicial poderia representar a possibilidade de reocupar a fábrica com maior rentabilidade do que aquela que seria obtida com ocupação pelas oportunidades perdidas.

Vimos perseguindo a recuperação de nossas margens de lucratividade. O esforço vem envolvendo uma estratégia de precificação mais segmentada, buscando valores mais justos para produtos de maior valor agregado ou que não sejam fabricados pelos nossos concorrentes, como também buscando justa retribuição pela conveniência no nível de serviço oferecido.

Em fevereiro de 2019, completou-se os 24 meses de supervisão judicial, necessários para que seja concluída a Recuperação Judicial, tendo cumprido as obrigações assumidas no Plano. Entretanto, há ainda algumas medidas importantes em implementação que dependem de intervenção do juízo, que obstem o levantamento do plano. As principais são: (i) a emissão de novas notas nos EUA, que requerem homologação do plano ajustado em processo de Chapter 15 em Nova Iorque; (ii) a elaboração do quadro geral de credores; (iii) algumas medidas e autorizações relativas a certos ativos do grupo, que viabilizem seu melhor aproveitamento econômico; (iv) a regulação da situação dos créditos com garantia fiduciária do BNDES e/ (v) a regularização da situação fiscal visando a obtenção das CNDs para que a companhia possa operar regularmente fora do ambiente recuperacional. Não é possível precisar o tempo necessário para que tais medidas sejam cobertas, mas vimos empenhando todos os esforços para superar essa etapa.

Serviços x Desmobilização

Com a recente subida do preço do petróleo, os interesses na aquisição de equipamentos petroleiros desmobilizados aumentaram e cremos que a venda ganhará momento. De fato, firmamos um contrato para venda de equipamentos no valor de US\$ 760 mil no 3T18, concluído no 4T18 e avançamos em outras negociações que culminaram com negócios de US\$ 1,6 milhões e de R\$ 1,3 milhões iniciados no 4T18 e concluídos efetivamente no 1T19.

Prosseguimos paulatinamente com outras medidas para redução dos altos custos que o legado das operações descontinuadas ainda nos impõe. Com a venda de equipamentos realizadas pudemos desocupar e encerrar três localidades e em breve cremos que poderemos concluir duas das três remanescentes, sendo que Macaé deve demorar algo mais pelo volume de matérias ainda disponíveis para venda.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os negócios na Colômbia que vinham em forte retomada sofreram um pequeno baque no início do ano com um atentado terrorista à uma importante base da Ecopetrol, que prejudicou a execução de um contrato importante e causou alguns danos materiais. Por sorte não houve vítimas ou feridos. Desde então os negócios se reestabeleceram e voltaram a crescer sobremaneira. Em outubro de 2018, a empresa fechou novos contratos com a Ecopetrol com duração de até 4 anos, que vem apresentando melhores resultados que os que vigoravam.

A venda da participação remanescente na nossa operação colombiana para a Petroalianza International Ltd., sócio minoritário, sofreu percalços com atrasos na liquidação das obrigações contratadas. O sócio, que havia adquirido participação direta de 49% na empresa colombiana, concluiu no 4T18 a aquisição de 49% da cooperativa holandesa que controla a empresa colombiana com 51%. Dessa forma, a detêm ainda o controle gerencial, sujeito a um acordo de acionistas.

A opção para aquisição da participação remanescente da companhia holandesa concedida à Petroalianza expirou sem exercício por limitações enfrentadas pelo sócio. Segundo nos informam, persiste o interesse em concluir a aquisição.

Recuperação de ativos e recapitalização

É notório que a Companhia requer capital para fazer frente ao crescimento. Nosso plano de negócios prevê a desmobilização de ativos, que poderiam, segundo nossas estimativas atuais, gerar de US\$ 10 a 15 milhões em caixa (equipamentos e empresa colombiana). O contexto de crise prolongada do setor petroleiro inviabilizou que essa desmobilização ocorresse na velocidade desejada, o que prejudicou nossa retomada por consequência. A incerteza temporal destas vendas tem se mostrado relevante.

Há uma série de outros ativos contingentes sobre os quais vimos trabalhando: cobranças arbitrais e judiciais, restituições de impostos em dinheiro e o levantamento de depósitos judiciais. Combinadas, as cifras envolvidas são potencialmente de várias dezenas de milhões de reais. Contudo a incerteza sobre tais medidas é relevante, tanto do ponto de vista do êxito legal como do êxito na execução dos valores assegurados por decisões judiciais, sem falar na variável temporal.

Continuamente conversamos com investidores sobre a injeção de capital que permita acelerar a retomada dos negócios em condições que sejam adequadas. Nesse contexto, monitoramos a equação entre as oportunidades de captação que por ventura se tornem disponíveis, nossos requerimentos de negócio e a situação das fontes supramencionadas.

Evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2016	2017	2018
Ativo Circulante	162.544	224.321	227.832
Ativo Não Circulante	479.746	350.959	353.893
Passivo Circulante	141.126	126.620	127.989
Passivo Não Circulante	386.083	308.746	320.541
Liquidez Corrente	1,15	1,77	1,78
Liquidez Geral	1,22	1,32	1,30
Dívida Líquida	135.056	147.831	174.486
EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas	(7.173)	(22.048)	(24.751)
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	Inferior a zero	Inferior a zero	Inferior a zero

O endividamento financeiro total apresentou aumento de 17,2%, comparado o exercício de 2018 ao exercício de 2017, e aumento de 10%, comparado o exercício de 2017 ao exercício de 2016. Consequência principalmente da variação cambial sobre empréstimos mantidos em moeda estrangeira, devido à valorização na moeda norte-americana frente ao Real, do acréscimo de juros e do efeito da redução do ajuste a valor presente sobre o endividamento sujeito à Recuperação Judicial.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Evolução da nossa Estrutura de Capital nos últimos 3 exercícios sociais:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)			
	2016	2017	2018
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	527.209	461.692	497.118
Endividamento Financeiro Total	136.289	149.966	175.731
Outros passivos circulante e não circulante	312.242	285.400	272.799
Patrimônio Líquido	115.081	113.588	84.607
Estrutura de Capital			
% Patrimônio Líquido	45,8%	43,1%	32,5%
% Endividamento Financeiro Total	54,2%	56,9%	67,5%
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	527.209	461.692	497.118
Passivo Total	642.290	575.280	581.725
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	82,1%	80,3%	85,5%

A Estrutura de Capital, conforme calculada por nós, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). Calculamos a composição da nossa Estrutura de Capital dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, dividimos o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente da nossa.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos não sujeitos à recuperação judicial) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos a recuperação judicial e, Debêntures e *Bonds* sujeitos a recuperação judicial).

Encerramos o exercício de 2018 com Estrutura de Capital composta de 67,5% de Endividamento Financeiro Total e 32,5% de Patrimônio Líquido. O nosso Endividamento Financeiro Total atualmente é composto por *Notes*, Debêntures (detidas em maioria pelo BNDES) e linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e linhas de créditos com bancos comerciais.

Encerramos o exercício de 2017 com Estrutura de Capital composta de 56,9% de Endividamento Financeiro Total e 43,1% de Patrimônio Líquido. O nosso Endividamento Financeiro Total atualmente é composto por *Bonds*, Debêntures (detidas em maioria pelo BNDES) e linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e linhas de créditos com bancos comerciais.

No exercício de 2016, a estrutura de Capital da Companhia era de 54,2% de Endividamento Financeiro Total e 45,8% de Patrimônio Líquido, e era composta por *Bonds*, Debêntures (detidas em maioria pelo BNDES) e linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e linhas de créditos com bancos comerciais.

- i. Hipótese de resgate**

Não existe previsão para resgate de ações ou quotas de capital da Companhia além das previstas em lei.

- ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não se aplica

- c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Atualmente, 70% do valor do endividamento total encontra-se no longo prazo, reduzindo significativamente a pressão de curto prazo no caixa da empresa para pagamento de tal endividamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O endividamento de curto prazo em grande parte corresponde a dívidas vencidas com o BNDES, com garantias de alienação fiduciária, não sujeitas à Recuperação Judicial, e que pendem de renegociação. Recentemente, em 2018, o juízo da Recuperação Judicial decidiu pela essencialidade da maioria dos bens dados em garantia, pelo que no curto prazo a empresa não precisaria dispor desses bens, mas a situação deverá resolver-se no médio prazo pela renegociação da dívida ou bens pela reclassificação do crédito que é objeto de impugnação.

		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
		(Em milhares de R\$, exceto percentuais)					
		2016		2017		2018	
Endividamento	Financeiro de Curto Prazo	23.411	17,2%	33.358	22,2%	53.040	30,2%
Endividamento	Financeiro de Longo Prazo	112.878	82,8%	116.608	77,8%	122.691	69,8%
Endividamento	Financeiro Total	136.289	100,0%	149.966	100,0%	175.731	100,0%

No quadro abaixo está listado o principal indicador de capacidade de pagamento de dívida utilizado pela Companhia: nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)			
	2016	2017	2018
Dívida Líquida	135.056	147.831	174.486
EBITDA Ajustado	(7.173)	(22.048)	(24.751)
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Inferior a zero	Inferior a zero	Inferior a zero

A geração de caixa operacional negativa medida pelo EBITDA dos três últimos exercícios, mostra a insuficiência de geração de caixa para saldar compromissos. Tal fato, previsto no plano de negócios, vem sendo contornado com a venda de ativos não essenciais, principalmente. Esta deverá continuar sendo uma fonte importante de recursos para a companhia no curto e médio prazos. Em paralelo, a fim de buscar maior estabilidade na disponibilidade de capital de giro, a Companhia continua envidando esforço para captação de recursos junto a terceiros.

• d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em função da estratégia de crescimento, ao longo dos anos de 2006 a 2012 foram concluídas diversas aquisições de empresas, utilizando como fonte de financiamento, principalmente, recursos da Oferta Primária de Ações realizada em 2006, e recursos da emissão de dívidas como (i) Debêntures Locais emitidas em 2006 e canceladas em 2007, (ii) Bônus Perpétuos emitidos em 2007 e 2008, e (iii) Debêntures Conversíveis em Ações emitidas em 2009. Durante os exercícios de 2010 e 2011 a Companhia contratou linhas de financiamento com bancos comerciais para financiar suas atividades operacionais e investimentos em ativos não circulantes. No curso do exercício de 2012 foi efetuada capitalização relevante de capital a qual foi a principal fonte de recursos para viabilizar parte do plano de investimentos do ano e financiar o capital de giro das operações. O suporte ao fluxo de caixa de curto prazo e melhoria de liquidez para a Companhia no curso do exercício de 2013 foi representado por importantes reforços de caixa advindos especialmente do processo de desinvestimento de ativos non-core, dentre eles a venda da unidade Tubular Services - Rio das Ostras, que contribuiu com o montante de R\$ 58,1 milhões, entrada de R\$ 49,6 milhões em 2013 e de R\$ 8,5 milhões em 2014. No exercício de 2014 tivemos a entrada de R\$ 14,0 milhões pela venda do terreno pertencente à Lupatech – Equipamentos e Serviços para petróleo Ltda – Em Recuperação Judicial, e dando continuidade ao processo de reestruturação de ativos, foram vendidas as operações das controladas argentinas Válvulas Worcester de Argentina S.A., Esferomatic S.A., Norpatagonica S.A., Válvulas W. San Luis e Industria Y Tecnologia en Aceros S.A., por US\$ 22,0 milhões. No exercício de 2015 foram vendidas a controlada indireta Jefferson Sudamericana S.A., e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S.A. de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda. O preço final da aquisição foi de US\$5.700 mil, sendo que US\$ 4.281 mil foram pagos no fechamento, e US\$ 1.275 mil foram pagos 03 anos após, contados da data de conclusão da venda, em não se materializando eventuais contingências apontadas pelo comprador, bem como em se verificando a recuperação de créditos de exportação retidos. No início de 2016, a Companhia efetivou a venda da participação societária detida pela Companhia na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, pelo valor de R\$ 28 milhões. No primeiro trimestre de 2017 foi efetivada a venda de máquinas e equipamentos pertencentes as unidades Sotep - Sociedade Técnica

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de Perfurações S/A – Em Recuperação Judicial e Lupatech – Equipamentos e Serviços para petróleo Ltda – Em Recuperação Judicial, num montante de R\$ 2,9 milhões. Ainda no exercício de 2017, foi vendida participação societária da sociedade controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. para a Petroalanza International Ltd. em dois momentos durante o exercício: Em 25 de agosto de 2017, foi vendido 19,6% de participação, pelo valor de US\$2.000.000,00, com transação envolvendo obrigação de capitalização pela empresa adquirente e; em 07 de dezembro de 2017, foi vendido mais 13% de participação, pelo valor de US\$1.666.000,00, atingindo uma participação equivalente total de 49% em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 concluiu-se a venda de 49% da controlada direta OFS Cooperatief U.A também para a Petroalanza International Ltd, no valor de US\$3.399.000,00.

A Companhia possui ativos classificados como mantidos para venda no encerramento do exercício de 2018, referente a imobilizados do segmento de serviços, no qual não estão em operação e em processo de negociação para venda. Esses bens montam um total líquido de depreciação registrados em R\$ 93,2 milhões.

A Administração da Companhia busca superar a crise econômico-financeira do Grupo Lupatech e reestruturar seus negócios, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial e melhorar a eficiência do capital de giro. Os esforços realizados até o momento aliado a demais oportunidades de desinvestimentos de ativos non-core, têm por objetivo reforçar a estrutura de caixa e de suporte às demandas operacionais previstas para o ano de 2018.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos utilizar recursos oriundos de desmobilizações de ativos para financiar necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Apresentamos abaixo a evolução do nosso endividamento financeiro nos últimos três exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
(Em milhares de R\$, exceto percentuais)			
	2016	2017	2018
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	23.411	33.358	53.040
Linhas de Financiamentos	23.411	33.358	43.704
Debêntures	-	-	9.336
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	112.878	116.608	122.691
Linhas de Financiamentos	112.878	116.608	122.691
Endividamento Financeiro Total	136.289	149.966	175.731
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.233)	(2.135)	(1.245)
Dívida Líquida	135.056	147.831	174.486

A Dívida Consolidada de Curto Prazo no encerramento do exercício de 2018 atingiu R\$ 53,0 milhões, aumento de 59% comparando com encerramento do exercício de 2017, devido principalmente a transferência de saldo de empréstimos para o curto prazo das operações da Colômbia, variação cambial sobre empréstimos mantidos em moeda estrangeira e Debêntures conversíveis em ações.

A Dívida de Longo Prazo apresentou pequeno aumento de 5,2% ou R\$ 6,0 milhões no encerramento do exercício de 2018 quando comparada ao encerramento do exercício de 2017, devido principalmente ao registo de juros sobre os empréstimos Sujeitos a Recuperação Judicial atualizados a taxa de 3% ou 3,3% ao ano mais TR ou 0,4% em moeda estrangeira.

O saldo total de Endividamento aumentou 17,2% no exercício de 2018 atingindo R\$ 175,7 milhões versus R\$ 149,9 milhões no exercício de 2017.

Com isso, a Dívida Líquida Consolidada, no exercício de 2018, foi de R\$ 174,5 milhões, aumento de 18,0% comparado com o exercício de 2017, consequência principalmente da variação cambial sobre empréstimos mantidos em moeda estrangeira, devido à valorização na moeda norte-americana frente ao Real, juros acumulados e atualização do cálculo do ajuste a valor presente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Bônus perpétuos

Em 11 de julho de 2007 e 30 de junho de 2008, através de sua controlada no exterior Lupatech Finance Limited foram concluídas ofertas no exterior de bônus perpétuos, remunerados em 9,875% a.a. (8,8% a.a. taxa efetiva) no valor de US\$ 200 milhões e US\$ 75 milhões, respectivamente, com pagamento de juros trimestral.

Os bônus perpétuos poderiam ser resgatados, na paridade do seu valor de face, trimestralmente, a partir de julho de 2012. Os bônus perpétuos não possuíam data de vencimento para o valor do principal, mas poderiam tornar-se exigíveis em situações específicas, conforme definidas nos termos dos bônus perpétuos, na hipótese de descumprimento das obrigações definidas no contrato.

Os bônus não foram registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, ou o Securities Act. Os bônus foram oferecidos apenas a investidores institucionais qualificados sob a Regra 144A e para pessoas não americanas fora dos Estados Unidos, exceto nas jurisdições em que tal, oferta ou venda seja, proibida, de acordo com o U.S. Securities Regulation S. Os bônus eram listados na Bolsa de Luxemburgo. Os recursos obtidos com a oferta foram utilizados para financiar o plano de investimento da Companhia.

De acordo com os fatos relevantes divulgados para o mercado em 10 de abril de 2013, 10 de maio de 2013 e 10 de julho de 2013 a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquelas datas aos titulares dos bônus perpétuos. Referida pendência possibilitou aos detentores de bônus perpétuos à chamada pelo vencimento imediato destes títulos, o que não ocorreu.

Em razão da situação de inadimplência a negociação dos bônus perpétuos na Bolsa de Valores de Luxemburgo foi suspensa.

A Companhia divulgou ao mercado plano de reestruturação do endividamento financeiro, equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas, o qual foi apresentado a debenturistas, *bondholders* e instituições.

De acordo com a estrutura proposta, os titulares de bônus perpétuos receberiam, em pagamento de seus créditos, o direito de subscrever American *Depositary Receipts* - ADRs por meio da capitalização do montante de 85% dos créditos decorrentes dos bônus perpétuos, sendo os 15% do saldo convertidos em novas notas, sobre as quais incidirão juros remuneratórios de 3% ao ano, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

Como resultado do processo, o montante de R\$ 572.258 de bônus perpétuos foi convertido em 2.289.031 ações da Companhia, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,25 por ação e US\$ 47.850 mil reperfilado em Novas Notas - Bonds, sobre os quais incidirão juros remuneratórios de 3% ao ano, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia reconheceu ganho pela não conversão de parte dos bônus perpétuos em capital no montante de R\$ 36.244.

Em 08 de outubro de 2014 os bônus perpétuos foram cancelados.

Bonds - Novas Notas

Em 30 de setembro de 2014 o Conselho de Administração aprovou a emissão de Novas Notas – *Bonds*, no montante de US\$ 47.850 mil, representativas da dívida denominada em dólares dos Estados Unidos com valor de face equivalente a 15% do montante atualizado até 18 de julho de 2014 (inclusive principal e juros incorridos e não pagos) dos bônus perpétuos, pela Lupatech Finance Limited, de acordo com os termos e condições estabelecidos no plano de recuperação extrajudicial da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava saldo de Bonds de R\$ 127.968, registrado no passivo não circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Recuperação Judicial, os Bonds e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuíam incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme determinação para pagamento desses credores no Plano de Recuperação Judicial.

Devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial originalmente apresentado, a Companhia apresentou um novo Plano de Recuperação Judicial, homologado em 19 de fevereiro de 2017, onde sobre o saldo de empréstimos e financiamentos dos credores quirografários sujeitos à recuperação judicial, no qual estão classificadas os *Bonds*, 50% serão pagos por meio de bônus de subscrição em prazos e formas conforme determinação do Novo Plano, e sobre 50% restante dos créditos quirografários incidirão juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano ou 0,4% mais variação cambial, a serem pagos no 61º trimestre, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários.

Debêntures

Em 15 de abril de 2009, a Companhia emitiu 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, em série única, de colocação privada, conversíveis em ações ordinárias, com garantia flutuante, e valor nominal unitário de R\$ 1, com prazo de vencimento de nove anos, no montante total de até R\$ 320.000. Referidas debêntures eram remuneradas com base na variação do IPCA + 6,50% ao ano.

As debêntures poderiam ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a exclusivo critério dos debenturistas, a qualquer tempo a partir do encerramento do 2º ano contado da data de emissão. A remuneração deveria ser paga anualmente, sempre no dia 15 de abril, com o primeiro pagamento ajustado em 15 de abril de 2010.

Caso toda ou parte das debêntures não fossem convertidas em ações e sem que a condição de resgate antecipado fosse atingida, as mesmas fariam jus a prêmio de não conversão equivalente a R\$ 423,75 (quatrocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal, atualizados pelo IPCA. O prêmio de vencimento, adicionado à remuneração de IPCA + 6,5% ao ano, ampliava a remuneração anual para IPCA + 10% ao ano.

Os compromissos de resgate antecipado, conversão das debêntures em ações e resgate sem conversão foram identificados pela Administração da Companhia como componentes contratuais que tinham a característica de, isoladamente, constituírem um derivativo embutido. Desta forma, os mesmos foram separados do contrato principal e avaliados pelo valor justo no resultado. Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o valor justo do derivativo embutido foi de zero e R\$ 442,30, respectivamente, por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal. A variação do valor justo do derivativo embutido no exercício de 2014 totalizou um ganho de R\$ 819 (ganho de R\$ 13.526 no exercício de 2013), registrado no resultado financeiro do período.

Em 15 de abril 2014, a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquela data, no montante total de R\$ 83.155, corresponde aos juros devidos e não pagos referentes ao exercício social de 2012 e 2013.

A Companhia divulgou ao mercado plano de reestruturação do endividamento financeiro, equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas, o qual foi apresentado a debenturistas, *bondholders* e instituições financeiras.

De acordo com a estrutura proposta os titulares de debêntures, por sua vez, recebiam o direito de subscrever novas ações por meio da capitalização de 85% dos créditos decorrentes das debêntures e os 15% de saldo em novas debêntures, sobre as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia.

Como resultado do processo, o montante de R\$ 364.985 de debêntures foi convertido em 1.459.938 ações da Companhia, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,25 por ação e R\$ 66.960 reperfilados em novas debêntures, não conversíveis e sem garantia, sobre as quais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía saldo de debêntures de R\$ 71.715, registrado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Bonds* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuíam incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme determinação para pagamento desses credores no Plano de Recuperação Judicial.

Devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial originalmente apresentado, a Companhia apresentou um novo Plano de Recuperação Judicial, homologado em 01 de dezembro de 2016, onde sobre o saldo de empréstimos e financiamentos dos credores quirografários sujeitos à recuperação judicial, no qual estão classificadas as debentures, 50% serão pagos por meio de bônus de subscrição em prazos e formas conforme determinação do Novo Plano, e sobre 50% restante dos créditos quirografários incidirão juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano ou 0,4% mais variação cambial, a serem pagos no 61º trimestre, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários.

Empréstimos e Financiamentos

As tabelas a seguir contêm o perfil de nosso endividamento, para os períodos indicados.

Descrição	Indexador	Taxa de Juros ponderada	31/12/2016			31/12/2017			31/12/2018		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sujeito à Recuperação Judicial											
Moeda nacional											
Credores com garantia real	FIXO	3,00% a.a. + TR	-	42.023	42.023	-	39.940	39.940	1.245	39.910	41.155
(-) Ajuste a valor presente			-	(29.824)	(29.824)	-	(21.171)	(21.171)	-	(19.963)	(19.963)
Credores quirografários	FIXO	3,00% a.a. + TR	-	175.100	175.100	-	171.347	171.347	5.262	183.087	188.349
(-) Ajuste a valor presente			-	(87.088)	(87.088)	-	(79.300)	(79.300)	-	(81.464)	(81.464)
			-	100.212	100.212	-	110.816	110.816	6.507	121.570	128.077
Não sujeito à Recuperação Judicial											
Moeda nacional											
Capital de giro / expansão	CDI	6,80% a.a.	1.778	-	1.778	2.089	-	2.089	2.376	-	2.376
Capital de giro / expansão	TJLP	4,84% a.a.	13.529	-	13.529	17.018	-	17.018	21.353	-	21.353
Títulos descontados	-	34,33% a.a.	1.564	-	1.564	2.743	-	2.743	1.853	-	1.853
Cheque especial	FIXO	211,75% a.a.	-	-	-	30	-	30	99	-	99
Moeda estrangeira											
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	2.569	-	2.569	3.156	-	3.156	4.478	-	4.478
Capital de giro / expansão	PESO COP	12,55% a.a.	3.971	12.666	16.637	8.322	5.792	14.114	7.038	1.121	8.159
			23.411	12.666	36.077	33.358	5.792	39.150	37.197	1.121	38.318
			23.411	112.878	136.289	33.358	116.608	149.966	43.704	122.691	166.395

Os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial, tanto dos credores com garantia real como os credores quirografários, possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano ou 0,4% mais variação cambial, conforme determinado no Novo Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2018 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 101.427, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano

Em 31 de dezembro de 2017 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 100.471, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2016 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 116.911, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão assim distribuídos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vencimento	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado	31/12/2016
2016	-	-	-
2017	-	-	-
2018	-	-	5.514
2019	4.876	9.458	7.666
2020	4.841	5.239	3.984
2021	4.691	4.276	4.561
2022	4.691	4.276	4.561
2023	4.691	4.276	4.561
a partir de 2024	98.901	89.083	82.031
	<u>122.691</u>	<u>116.608</u>	<u>112.878</u>

As garantias dos Empréstimos e Financiamentos foram concedidas conforme segue:

		Valor da garantia			
		Controladora		Consolidado	
		Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)	Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)
Sujeito e não sujeitos à Recuperação Judicial					
Moeda nacional	Garantia				
Capital de giro / expansão	Hipoteca / edificações	35.111	109.610	35.111	109.610
Capital de giro / expansão	Máquinas e equipamentos	8.239	10.102	8.239	10.102
		<u>43.350</u>	<u>119.712</u>	<u>43.350</u>	<u>119.712</u>
Não Sujeito à Recuperação Judicial					
Moeda Estrangeira	Garantia				
Capital de giro / expansão	Próprio bem financiado	-	-	16.385	51.658
		-	-	16.385	51.658
		<u>43.350</u>	<u>119.712</u>	<u>59.735</u>	<u>171.370</u>

* Valores líquidos de depreciação.

** Avaliação conforme laudos elaborados pela Appraisal Avaliações e Engenharia Limitada, em julho de 2015, apresentados ao Juízo da Recuperação Judicial, demonstrados no quadro acima por mera referência.

• **ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Originalmente as relações de longo prazo com as instituições financeiras estão concentradas em parcelas de longo prazo de recursos tomados para capital de giro e investimentos junto a Instituições Financeiras, valores relacionados aos *Bonds* e dívidas de Debêntures. Atualmente estão suportadas pelo Novo Plano de Recuperação Judicial homologado em 19 de fevereiro de 2017.

• **iii. grau de subordinação entre as dívidas**

As Debêntures, por terem garantia da espécie flutuante, estão subordinadas aos títulos com garantia real.

Os *Bonds* são quirografários, ou seja, sem garantia, o que os condiciona também na qualidade de subordinados aos demais títulos da Companhia que possuem garantias reais ou flutuantes.

Devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Bonds* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano ou 0,4% ao ano mais variação cambial, conforme determinação para pagamento desses credores no Novo Plano de Recuperação Judicial homologado em 19 de fevereiro de 2017.

• **iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Alguns contratos de financiamento celebrados com instituições financeiras possuem cláusulas padrão de vencimento antecipado.

Cláusulas Restritivas Financeiras (Covenants)

A controlada indireta Lupatech OFS SAS possui *covenants* financeiros atrelados a contrato de *leasing* com Bancolombia, que relacionam a necessidade de manutenção de (a) EBITDA 2x maior que despesa de juros paga (b) Dívida / EBITDA até 3x. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada indireta Lupatech OFS SAS atendeu aos *covenants*. O montante total do referido empréstimo é de R\$1.900 e está registrado no passivo circulante no montante R\$1.541, e R\$359 no passivo não circulante (montante total de R\$3.179 em 31 de dezembro de 2017, registrados R\$1.432 no passivo circulante e R\$1.747 no não circulante).

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui o saldo de R\$4.865 (R\$4.524 em 31 de dezembro de 2017) de notificação de cobrança pelo Banco Votorantim S/A referente à liquidação de aval prestado - garantia por carta de fiança solicitada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A para quitação de empréstimo entre Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba Ltda e o BNB, no montante de R\$31.180, do qual a Companhia era garantidora em 50%. O débito está computado na dívida sujeita à Recuperação Judicial, sendo que, caso seja saciado pela Unifit, a Lupatech fica desobrigada.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Possuímos um limite para descontos de duplicatas junto a instituições financeiras R\$ 5 milhões. Os vencimentos raramente superam 1 mês, portanto os limites tomados costumam ser baixos e variar continuamente. A instituições não são obrigadas contratualmente a aceitar as nossas duplicatas.

Não há linhas contratadas e, portanto, não há percentuais utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com normas IFRS emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela **Crowe Macro Auditores Independentes**, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Descrição das Principais Contas da Demonstração de Resultado

Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços: receita após as deduções correspondentes a cancelamentos, descontos e tributos incidentes sobre o faturamento. Nossas receitas consistem principalmente da venda de nossos produtos e prestação de serviços voltados ao setor de petróleo e gás.

Custo dos Produtos e/ou Serviços Vendidos: consistem principalmente dos custos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e de mão-de-obra.

Despesas Operacionais: consistem principalmente de despesas com vendas, despesas administrativas e gerais, resultado financeiro líquido e outras despesas operacionais.

Despesas Gerais e Administrativas: Incluem basicamente gastos com pessoal, bem como com a remuneração dos administradores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas com Vendas: incluem gastos com publicidade; gastos com equipe de vendas, comissões a vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

Resultado Financeiro Líquido: incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Outras Despesas Operacionais, líquidas: incluem os resultados operacionais, tais como resultados oriundos da venda de certos ativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido: referem-se ao imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre o lucro antes dos impostos. São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que atuamos, e geram resultados tributáveis. Os impostos diferidos foram mensurados considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável e incluem apenas as empresas tributadas pelo lucro real.

Comentários sobre as Principais Variações nas Contas da Demonstração de Resultado Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) aumento de Receitas/Despesas Operacionais e (ii) aumento do Resultado Financeiro Líquido.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2017	2018	Variação %
	Reapresentado		
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	112.366	126.553	12,6%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(117.645)	(107.428)	-8,7%
Resultado Bruto	(5.279)	19.125	-462,3%
Receitas/Despesas Operacionais	(4.424)	(76.285)	1624,3%
Com Vendas	(15.114)	(6.616)	-56,2%
Gerais e Administrativas	(28.381)	(25.536)	-10,0%
Remuneração dos Administradores	(3.499)	(4.780)	36,6%
Resultado da Equivalência Patrimonial	6.182	(8.269)	-233,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	36.388	(31.084)	-185,4%
Resultado Financeiro Líquido	(29.861)	(54.312)	81,9%
Receitas Financeiras	44.080	46.523	5,5%
Despesas Financeiras	(65.600)	(31.434)	-52,1%
Variação Cambial Líquida	(8.341)	(69.401)	732,0%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(39.564)	(111.472)	181,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(10.719)	(303)	-97,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	45.909	10.464	-77,2%
Prejuízo (Lucro) Líquido do Período	(4.374)	(101.311)	2216,3%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2018 atingiu R\$ 126,5 milhões, versus R\$ 112,4 milhões apurados no exercício de 2017, um aumento de 12,6%.

Segmento de Produtos

O Segmento de Produtos apresentou uma redução de 1,5% comparando o exercício de 2018 com o exercício de 2017, principalmente nas Válvulas de Oil&Gás devido a vendas relevantes ocorridas para o mercado externo em 2017 que não ocorreram em 2018, e também em decorrência da dificuldade de alguns componentes de válvulas relevantemente em virtude da greve dos caminhoneiros ocorrida no 2T18.

Segmento de Serviços

A redução de receitas na divisão de *Oilfield Services* Brasil ocorreu devido a finalização dos contratos de Chaves Hidráulicas e Flexitubo junto à Petrobrás em julho de 2017.

Já o crescimento contínuo da Receita Líquida da divisão *Oilfield Services* Colômbia ao longo de todo o ano se deve não só à recuperação do mercado colombiano, mas também a captura de negócios e oportunidades em razão da recapitalização da empresa colombiana.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no exercício de 2018 foi de R\$ 19,1 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ 5,3 milhões no exercício de 2017 em decorrência do aumento da Receita Líquida Consolidada de R\$ 14,2 milhões (12,6%) e redução dos custos Consolidados de R\$ 10,2 milhões (8,7%).

Segmento de Produtos

Observando a variação ocorrida comparando 2018 versus 2017, o total da receita líquida de 2017 foi maior que 2018 em decorrência das exportações ocorridas, efetivadas com margens menores às do mercado interno influenciando no resultado daquele período. A despesa de depreciação tem um nível elevado em nossas margens devido ao elevado capital imobilizado, em um cenário de baixo nível de atividade. Excluída a depreciação que não importa em desembolso de recursos a margem aumentou de 20% em 2017 para 28% em 2018.

Segmento de Serviços

Analisando 2018 versus 2017 observa-se uma excelente melhora nos resultados decorrente do aumento da Receita Líquida da divisão *Oilfield Services* Colômbia fruto da recuperação do mercado colombiano.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas reduziram 56,2% no exercício de 2018 em comparação com o de 2017, passando de R\$ 15,1 milhões em 2017 para R\$ 6,6 milhões em 2018.

A redução das Despesas com Vendas no Segmento de produtos se deu principalmente pelo registro de perdas efetivas com clientes da divisão de Cabos de Ancoragem, no montante de R\$ 8,9 milhões devido à incerteza de recebimento recorrentes no exercício de 2017.

No Segmento de Serviços comparando o exercício de 2018 com 2017 as despesas com vendas ficaram em níveis similares.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram 10,0% no exercício de 2018 em comparação com 2017, passando de R\$ 28,4 milhões em 2017 para R\$ 25,5 milhões em 2018, em decorrência principalmente da redução do pessoal administrativo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Honorários dos Administradores aumentaram 36,6% no comparativo do exercício de 2018 com o de 2017, passando de R\$ 3,5 milhões em 2017 para R\$ 4,8 milhões em 2018, devido principalmente ao dispêndio com remuneração variável.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais variaram significativamente no exercício de 2018 em comparação com 2017, passando de R\$ 36,4 milhões de receita em 2017 para R\$ 31,1 milhões de despesa em 2018.

As Receitas Operacionais tiveram uma redução de R\$ 112,8 milhões no exercício de 2018 em comparação com 2017, passando de R\$ 150,2 milhões para R\$ 37,4 milhões. As principais receitas ocorridas foram: (i) R\$ 6,9 milhões referente venda de ativo imobilizado; (ii) de R\$ 9,7 milhões de Reversão de *impairment*; (iii) R\$ 13,5 milhões de Receita de venda e investimento.

As Despesas Operacionais tiveram uma redução de R\$ 45,3 milhões no exercício de 2018 em comparação a 2017, passando de R\$ 113,9 milhões em 2017 para R\$ 68,5 milhões em 2018. As principais despesas foram: (i) R\$ 20,2 milhões de Perda por *impairment*; (ii) R\$ 16,3 milhões de custo de investimento vendido; R\$ 13,7 de ociosidade de produção; (iii) R\$ 8,5 milhões de processos judiciais na adesão ao PERT.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2018 atingiu R\$ 46,5 milhões versus R\$ 44,1 milhões no exercício de 2017, um aumento de 5,5%, devido principalmente ao ajuste ao valor justo dos bônus de subscrição emitidos de acordo com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) reduziram consideravelmente no exercício de 2018 em comparação com o de 2017, atingindo R\$ 31,4 milhões versus R\$ 65,6 milhões em 2017 devido principalmente à reversão de ajustes a valor presente da dívida sujeita à Recuperação Judicial em decorrência de recálculo por reapresentação de balanço e da redução de despesas com juros, a qual diminuiu R\$ 26,9 milhões em 2018 versus 2017.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2018 resultou em despesa de R\$ 69,4 milhões versus uma despesa de R\$ 8,3 milhões no exercício de 2017 afetada pela desvalorização na moeda norte-americana frente ao Real em 2018.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2018 resultou em despesa de R\$ 54,3 milhões versus uma despesa de R\$ 29,9 milhões em 2017.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2018 foi prejuízo de R\$ 101,3 milhões, comparado com o prejuízo de R\$ 4,4 milhões em 2017. Os principais eventos extraordinários que contribuíram para tal resultado no exercício de 2018 foram despesas de: (i) R\$ 3,6 milhões de efeito líquido negativo das vendas de ativos imobilizados; (ii) R\$ 13,7 milhões de despesas com ociosidade; (iii) resultado líquido negativo de venda de investimento R\$2,8 milhões; (iv) R\$ 12,9 milhões de reconhecimento de contingências, respectivos juros e multa e despesas aduaneiras para adesão ao PERT; (v) R\$ 69,4 milhões de despesa com variação cambial, e Receitas de: (i) Ajuste a Valor justo na emissão dos bônus de subscrição de R\$ 27,9 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução de Receitas/Despesas Operacionais e (ii) redução do Resultado Financeiro Líquido.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2016	2017	Variação %
	Reapresentado	Reapresentado	
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	138.486	112.366	-18,9%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(169.044)	(117.645)	-30,4%
Resultado Bruto	(30.558)	(5.279)	-82,7%
Receitas/Despesas Operacionais	(59.466)	(4.424)	-92,6%
Com Vendas	(7.591)	(15.114)	99,1%
Gerais e Administrativas	(38.162)	(28.381)	-25,6%
Remuneração dos Administradores	(5.576)	(3.499)	-37,2%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(10.687)	6.182	-157,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2.550	36.388	1327,0%
Resultado Financeiro Líquido	50.786	(29.861)	-158,8%
Receitas Financeiras	456.422	44.080	-90,3%
Despesas Financeiras	(458.177)	(65.600)	-85,7%
Variação Cambial Líquida	52.541	(8.341)	-115,9%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(39.238)	(39.564)	0,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(2.236)	(10.719)	379,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	64.800	45.909	-29,2%
Prejuízo (Lucro) Líquido do Período	23.326	(4.374)	-118,8%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2017 atingiu R\$ 112,4 milhões, versus R\$ 138,5 milhões apurados no exercício de 2016, uma redução de 18,9%.

Segmento de Produtos

No Segmento de Produtos apresentou crescimento das vendas em 25% comparando o exercício de 2017 com o exercício de 2016, e crescimento de 8% na Receita Líquida Consolidada, compreendendo somente os negócios de válvulas, visto que a unidade de cabos de ancoragem não operou no período de comparação.

O maior crescimento entre 2016 e 2017 se operou na unidade de válvulas de óleo e gás, que partiu de uma base bastante baixa em 2016 e contou com a captura de uma boa oportunidade de exportação no 1T17.

Comparando o ano de 2017 com o de 2016, o aumento de 5% na Receita Líquida na divisão de Válvulas Industriais decorre do esforço comercial, num ambiente onde verificamos uma retomada modesta de investimentos e manutenções no segmento industrial. O resultado poderia haver sido melhor, não houvessem algumas dificuldades de abastecimento de componentes no 4T17.

Segmento de Serviços

A redução de receitas na divisão de *Oilfield Services* Brasil ocorreu devido a finalização dos contratos de Chaves Hidráulicas e Flexitubo junto à Petrobrás em julho de 2017.

Já o crescimento contínuo da Receita Líquida da divisão *Oilfield Services* Colômbia ao longo de todo o ano se deve não só à recuperação do mercado colombiano, mas também a captura de negócios e oportunidades em razão da recapitalização da empresa colombiana.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no exercício de 2017 foi negativo de R\$ 5,2 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ 30,6 milhões no exercício de 2016 em decorrência da redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 26,1 milhões (18,9%) e dos custos Consolidados de R\$ 51,4 milhões (30,4%).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Segmento de Produtos

Observando a variação ocorrida comparando 2017 versus 2016, em que pese o aumento das vendas, a redução de margem bruta resultou do peso dos negócios de exportação que, com margem menor, foram mais representativos em 2017. Também influenciou o menor resultado a baixa margem praticada no negócio de válvulas de óleo e gás no período, em que perseguimos a retomada de volumes.

Segmento de Serviços

Analisando 2017 versus 2016 observa-se uma excelente melhora de resultados, devido à redução de custos com serviços, principalmente com custos de pessoal, encerramento de contratos deficitários e ao hercúleo trabalho de reestruturação empreendido.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas aumentaram 99,1% no exercício de 2017 em comparação com o de 2016, passando de R\$ 7,6 milhões em 2016 para R\$ 15,1 milhões em 2017, principalmente devido a diminuição da Receita líquida.

O aumento das Despesas com Vendas no Segmento de produtos se deu principalmente pelo registro de perdas efetivas com clientes da divisão de Cabos de Ancoragem, no montante de R\$ 8,9 milhões devido à incerteza de recebimento de valores disputados com um grande cliente.

No Segmento de Serviços, comparando o ano de 2017 versus 2016 as Despesas com Vendas tiveram uma redução tendo como motivo principal a redução de atividade na divisão *Oilfield Services* Brasil, e também ao reconhecimento de R\$ 1,0 milhão de multas de clientes na divisão de Tubular Services e *Coating* em 2016.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram 25,6% no exercício de 2017 em comparação com 2016, passando de R\$ 38,2 milhões em 2016 para R\$ 28,4 milhões em 2017, em decorrência principalmente da redução do pessoal administrativo.

Os Honorários dos Administradores reduziram 37,2% no comparativo do exercício de 2017 com o de 2016, passando de R\$ 5,6 milhões em 2016 para R\$ 3,5 milhões em 2017, devido principalmente em decorrência da redução do número de diretores e menor dispêndio com remuneração variável.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais aumentaram significativamente no exercício de 2017 em comparação com 2016, passando de R\$ 2,5 milhões de receita em 2016 para R\$ 36,4 milhões de receita em 2017.

As Receitas Operacionais tiveram um aumento de R\$ 81,3 milhões no exercício de 2017 em comparação com 2016, passando de R\$ 68,9 milhões para R\$ 150,2 milhões. As principais receitas ocorridas foram: (i) R\$ 54,6 milhões referente a reversão de ajuste a valor justo das contingências assumidas na combinação de negócio da San Antonio S/A; (ii) de R\$ 26,7 milhões de Reversão de *impairment*; (iii) R\$ 11,8 milhões de Receita de venda e investimento.

As Despesas Operacionais tiveram um aumento de R\$ 47,5 milhões no exercício de R\$ 2017 em comparação a 2016, passando de R\$ 66,4 milhões em 2016 para R\$ 113,9 milhões em 2017. As principais despesas foram: (i) R\$ 41,9 milhões de Perda por *impairment*; (ii) R\$ 16,2 milhões de custo de investimento vendido; R\$ 10,2 de ociosidade de produção; (iii) R\$ 25,0 milhões de perdas com processos judiciais com PERT.

Resultado Financeiro Líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2017 atingiu R\$ 44,1 milhões versus R\$ 456,4 milhões no exercício de 2016, um redução de 90,3%, devido principalmente aos eventos ocorridos em 2016 e não recorrentes em 2017, são eles: (i) registro da receita de ajuste a valor presente dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial no montante de R\$ 157,1 milhões; e (ii) ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 292,1 milhões referente aos bônus de subscrição a serem emitidos de acordo com a aprovação em 01 de dezembro de 2016 do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) reduziram consideravelmente no exercício de 2017 em comparação com o de 2016, atingindo R\$ 65,6 milhões versus R\$ 458,2 milhões em 2016 devido principalmente à reversão de ajustes a valor presente da dívida sujeita à Recuperação Judicial em decorrência da anulação do primeiro plano homologado e da redução de despesas com juros, a qual diminuiu R\$ 27,8 milhões em 2017 versus 2016.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2017 resultou em despesa de R\$ 8,3 milhões versus uma receita de R\$ 52,5 milhões no exercício de 2016 afetada pela desvalorização na moeda norte-americana frente ao Real em 2017.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2017 resultou em despesa de R\$ 29,9 milhões versus uma receita de R\$ 50,8 milhões em 2016.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2017 foi prejuízo de R\$ 4,4 milhões, comparado com lucro de R\$ 23,3 milhões em 2016. Os principais eventos extraordinários que contribuíram para tal resultado no exercício de 2017 foram despesas de: (i) R\$ 15,2 milhões de efeito líquido negativo dos ajustes por *impairment*; (ii) R\$ 5,9 milhões de despesas com perda de obsolescência dos estoques; (iii) R\$ 8,9 milhões de perda efetivas de clientes da divisão de Cabos de Ancoragem, devido à grande probabilidade de incerteza de recebimento; (iv) resultado líquido negativo de venda de investimento R\$4,4 milhões; (v) R\$ 25,0 milhões de reconhecimento de contingências, respectivos juros e multa e despesas aduaneiras para adesão ao PERT, e Receitas de: (i) R\$ 54,6 milhões referente a reversão de ajuste a valor justo das contingências assumidas na combinação de negócio da San Antonio S/A; (ii) Receita de redução de multa, juros e encargos adesão ao PERT em R\$ 40,8 milhões.

Descrição sobre as Principais Variações nas Contas do Balanço Patrimonial Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2018 comparado a 31 de dezembro de 2017

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	
Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)	Reapresentado		Variação %
Ativo Total	575.280	581.725	1,1%
Ativo Circulante	224.321	227.832	1,6%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.135	1.245	-41,7%
Títulos e Valores Mobiliários	807	847	5,0%
Contas a Receber de Clientes	26.906	31.357	16,5%
Estoques	59.164	38.950	-34,2%
Impostos a Recuperar	26.101	23.637	-9,4%
Outras Contas a Receber	4.556	26.938	491,3%
Despesas Antecipadas	1.264	1.580	25,0%
Adiantamento a Fornecedores	13.534	13.877	2,5%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	89.854	89.401	-0,5%
Ativo Não Circulante	350.959	353.893	0,8%
Títulos e Valores Mobiliários	927	961	3,7%
Depósitos Judiciais	31.222	25.410	-18,6%
Impostos a Recuperar	41.759	53.736	28,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.932	n/a
Outras Contas a Receber	13.505	13.505	0,0%
Ativos classificados como mantidos para venda	3.932	3.855	-2,0%
Investimentos	676	587	-13,2%
Imobilizado	143.178	135.937	-5,1%
Intangível	115.760	115.970	0,2%
Passivo Total	575.280	581.725	1,1%
Passivo Circulante	126.620	127.989	1,1%
Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	25.264	25.538	1,1%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	-	4.836	100,0%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	7.719	730	-90,5%
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	33.358	37.197	11,5%
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	-	6.507	100,0%
Debêntures	-	9.336	100,0%
Salários, Provisões e Contribuição Social	9.009	12.381	37,4%
Comissões a Pagar	928	958	3,2%
Impostos a Recolher	22.628	20.127	-11,1%
Salários e Provisões - Sujeitos à Recuperação Judicial	18.596	1.638	-91,2%
Adiantamento de Clientes	2.565	3.528	37,5%
Participação no Resultado	1.162	1.241	6,8%
Outras Contas a Pagar	4.771	3.359	-29,6%
Provisão Multas Contratuais	620	613	-1,1%
Passivo Não Circulante	308.746	320.541	3,8%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	60.756	59.827	-1,5%
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	67	-	-100,0%
Empréstimos e Financiamentos - Sujeitos a Recuperação Judicial	110.816	121.570	9,7%
Empréstimos e Financiamentos - Não Sujeitos a Recuperação Judicial	5.792	1.121	-80,6%
Impostos a Recolher	5.950	13.032	119,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	51.114	54.482	6,6%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	54.410	53.913	-0,9%
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	8.184	8.184	0,0%
Outras Contas a Pagar	3.223	3.506	8,8%
Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas	8.434	4.906	-41,8%
Patrimônio Líquido	139.913	133.195	-4,8%
Capital Social	1.853.684	1.873.761	1,1%
Reserva de Capital	6.341	2.875	-54,7%
Reserva e Transação de Capital	136.183	136.183	0,0%
Opções Outorgadas	13.549	13.549	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	65.962	121.681	84,5%
Prejuízos Acumulados	(1.962.131)	(2.063.442)	5,2%
Atribuído a participação dos acionistas não-controladores	26.325	48.588	84,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisAtivo Circulante

O Ativo Circulante aumentou 1,6%, passando de R\$ 224,3 milhões no exercício de 2017 para R\$ 227,8 milhões no exercício de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa reduziu 41,7%, ou R\$ 0,9 milhões, passando de R\$ 2,1 milhão no exercício de 2017 para R\$ 1,2 milhões no exercício de 2018, devido aos saldos constantes em caixa e bancos no exterior.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de Contas a Receber de Clientes aumentou 16,5%, ou R\$ 4,5 milhões, passando de R\$ 26,9 milhões no exercício de 2017 para R\$ 31,4 milhões no exercício de 2018. O aumento se deve a recuperação do mercado Colombiano, catalisada pela recapitalização da empresa colombiana com a Petroalianza.

Estoques

O saldo dos estoques reduziu 34,2%, passando de R\$ 59,2 milhões no exercício de 2017 para R\$ 38,9 milhões para o exercício de 2018 devido a adjudicação da Ciaval Administração de Bens e direitos aos Credores de Classe I da Recuperação Judicial.

Outras contas a receber

O Saldo de Outras Contas a Receber aumentou significativamente, passando de R\$ 4,5 milhões no exercício de 2017 para R\$ 26,9 milhões em 2018. O aumento refere-se as debêntures conversíveis em ações da Ciaval como pagamento dos Credores Classe I do Plano de Recuperação Judicial.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante aumentou 0,8%, ou R\$ 2,9 milhões, passando de R\$ 350,9 milhões no exercício de 2017 para R\$ 353,9 milhões no exercício de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pela variação do item abaixo:

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais reduziram 18,6%, esta redução de deu principalmente em virtude da liberação de valor bloqueado em nome do Sindicato de Macaé para fins rescisórios.

Impostos a Recuperar

O aumento nos impostos a recuperar de 28,7% nos comparativos de 2018 versus 2017, deve-se a atualização de Selic sobre pedidos de restituição de IRPJ e CSLL, apreciados e reconhecidos pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2018.

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido reduziu 5,1%, ou R\$ 7,2 milhões, passando de R\$ 143,1 milhões no exercício de 2017 para R\$ 135,9 milhões no exercício de 2018, devido especialmente a venda de ativos que se encontram mantidos para venda.

Passivo Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Passivo Circulante aumentou 1,1%, ou R\$ 1,4 milhões, passando de R\$ 126,6 milhões no exercício de 2017 para R\$ 128,0 milhões no exercício de 2018. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Fornecedores – Sujeitos à Recuperação Judicial

O saldo de Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial aumentou 100% ou R\$ 4,8 milhões, passando de R\$ 0 milhões no exercício de 2017 para R\$ 4,8 milhões em 2018, devido a reclassificação de longo prazo para curto prazo.

Por outro lado, o saldo de Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial Classe I reduziu 90,5% ou R\$ 7,0 milhões, passando de R\$ 7,7 milhões no exercício de 2017 para R\$ 0,7 mil em 2018 devido ao pagamento desses credores através da terceira emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias.

Empréstimos e Financiamentos – Não sujeitos à recuperação judicial

O saldo de Empréstimos e Financiamentos - não sujeitos a recuperação judicial aumentou 11,5% ou R\$ 3,8 milhões, passando de R\$ 33,3 milhões para R\$ 37,2 milhões devido à valorização de 17,13% na moeda norte-americana frente ao real em 2018.

Empréstimos e Financiamentos – Sujeitos à recuperação judicial

O saldo de Empréstimos e Financiamentos - sujeitos à recuperação judicial aumentou 100% ou R\$ 6,5 milhões, passando de R\$ 0 milhões para R\$ 6,5 milhões devido principalmente a atualização de ajuste a valor presente de acordo com o Plano de Recuperação Judicial e reclassificação de longo prazo para curto prazo.

Debêntures

O saldo de Debêntures aumentou 100% ou R\$ 9,3 milhões, respectivo a Terceira Emissão de Debêntures, objetivando a obtenção e captação de recursos para promover o pagamento de parte dos créditos de natureza trabalhista, e outros créditos não sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial.

Salários e Provisões – Sujeitos à Recuperação Judicial

O saldo da conta Salários e Provisões – Sujeitos à Recuperação Judicial, reduziu 91,2% ou R\$ 16,9 milhões, passando de R\$ 18,6 milhões no exercício de 2017 para R\$ 1,6 milhões em 2018, devido principalmente a pagamento conforme do Plano de Recuperação Judicial através da terceira emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante aumentou 3,8%, ou R\$ 11,8 milhões, passando de R\$ 308,7 milhões no exercício de 2017 para R\$ 320,5 milhões no exercício de 2018. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Impostos a Recolher

O aumento nos impostos a recolher de 119% nos comparativos de 2018 versus 2017, deve-se a diversos parcelamentos Federais, Estaduais e Municipais, aderidos pelo grupo Lupatech.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido reduziu 4,8%, ou R\$ 6,7 milhões, passando de R\$ 139,9 milhões no exercício de 2017 para R\$ 133,1 milhões no exercício de 2018, devido principalmente, ao valor atribuído a participação dos acionistas não-controladores em R\$ 48,6 milhões, e ao efeito do ajuste de conversão das investidas no exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2017 comparado a 31 de dezembro de 2016**

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, as principais variações ocorreram em função de: (i) Passivo Circulante; (ii) Passivo Não Circulante; e (iii) Patrimônio Líquido.

	2016	2017	
	Reapresentado	Reapresentado	Variação %
Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)			
Ativo Total	642.290	575.280	-10,4%
Ativo Circulante	162.544	224.321	38,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.233	2.135	73,2%
Títulos e Valores Mobiliários	1.541	807	-47,6%
Contas a Receber de Clientes	44.912	26.906	-40,1%
Estoques	56.691	59.164	4,4%
Impostos a Recuperar	29.603	26.101	-11,8%
Outras Contas a Receber	6.394	4.556	-28,7%
Despesas Antecipadas	3.285	1.264	-61,5%
Adiantamento a Fornecedores	14.095	13.534	-4,0%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	4.790	89.854	1775,9%
Ativo Não Circulante	479.746	350.959	-26,8%
Títulos e Valores Mobiliários	2.046	927	-54,7%
Depósitos Judiciais	24.657	31.222	26,6%
Impostos a Recuperar	37.040	41.759	12,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	
Outras Contas a Receber	16.885	13.505	-20,0%
Ativos classificados como mantidos para venda	-	3.932	n/a
Investimentos	676	676	0,0%
Imobilizado	281.730	143.178	-49,2%
Intangível	116.712	115.760	-0,8%
Passivo Total	642.290	575.280	-10,4%
Passivo Circulante	141.126	126.620	-10,3%
Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	18.506	25.264	36,5%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	6.517	7.719	18,4%
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	23.411	33.358	42,5%
Salários, Provisões e Contribuição Social	8.272	9.009	8,9%
Comissões a Pagar	897	928	3,5%
Impostos a Recolher	23.488	22.628	-3,7%
Salários e Provisões - Sujeitos à Recuperação Judicial	32.628	18.596	-43,0%
Adiantamento de Clientes	2.452	2.565	4,6%
Participação no Resultado	1.105	1.162	n/a
Outras Contas a Pagar	23.850	4.771	-80,0%
Provisão Multas Contratuais	-	620	n/a
Passivo Não Circulante	386.083	308.746	-20,0%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	53.414	60.756	13,7%
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	-	67	n/a
Empréstimos e Financiamentos - Sujeitos a Recuperação Judicial	100.212	110.816	10,6%
Empréstimos e Financiamentos - Não Sujeitos a Recuperação Judicial	12.666	5.792	n/a
Impostos a Recolher	10.047	5.950	-40,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	58.918	51.114	-13,2%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	123.977	54.410	-56,1%
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação	-	8.184	n/a
Outras Contas a Pagar	7.669	3.223	-58,0%
Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas	19.180	8.434	-56,0%
Patrimônio Líquido	115.081	139.913	21,6%
Capital Social	1.853.684	1.853.684	0,0%
Reserva de Capital	6.341	6.341	0,0%
Reserva e Transação de Capital	136.183	136.183	0,0%
Opções Outorgadas	13.549	13.549	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	65.601	65.962	0,6%
Prejuízos Acumulados	(1.960.277)	(1.962.131)	0,1%
Atribuído a participação dos acionistas não-controladores	-	26.325	n/a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

O Ativo Circulante aumentou 38,0%, passando de R\$ 162,5 milhões no exercício de 2016 para R\$ 224,3 milhões no exercício de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa aumentou 73,2%, ou R\$ 0,9 milhões, passando de R\$ 1,2 milhão no exercício de 2016 para R\$ 2,1 milhões no exercício de 2017, devido aos saldos constantes em caixa e bancos no exterior refere-se, aos valores recebidos remanescente em 31 de dezembro de 2017, pela venda de participação societária, em 07 de dezembro de 2017, de 13% da sociedade Lupatech OFS S.A.S, subsidiária colombiana da Companhia (conforme nota explicativa nº 2.4.1), registrados na sua controladora Lupatech OFS Cöoperatief U.A. em R\$1.130, e também valores do aporte de capital realizados pela Petroallianza International Ltd., na OFS S.A.S., num saldo restante em caixa de R\$852, nesta data.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de Contas a Receber de Clientes reduziu 40,1%, ou R\$ 18,0 milhões, passando de R\$ 44,9 milhões no exercício de 2016 para R\$ 26,9 milhões no exercício de 2017. Em conjunto com a queda da receita, tivemos R\$ 8,9 milhões referente ao registro de perdas efetivas com clientes da divisão de Cabos de Ancoragem, devido à grande probabilidade da incerteza de recebimento.

Ativos Classificados como Mantidos para Venda

O saldo de Ativos Classificados como Mantidos para Venda aumentou significativamente, passando de R\$ 4,8 milhões no exercício de 2016 para R\$ 89,8 milhões em 2017, devido a reclassificação de imobilizados do segmento de serviços, no qual não estão em operação e em processo de negociação para venda.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante reduziu 26,8%, ou R\$ 128,8 milhões, passando de R\$ 479,7 milhões no exercício de 2016 para R\$ 350,9 milhões no exercício de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pela variação do item abaixo:

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido reduziu 49,2%, ou R\$ 138,5 milhões, passando de R\$ 281,7 milhões no exercício de 2016 para R\$ 143,2 milhões no exercício de 2017, devido especialmente a reclassificação para ativos mantidos para venda de imobilizados do segmento de serviços, no qual não estão em operação e em processo de negociação para venda e também efeito líquido negativo dos ajustes por *impairment* em R\$15,2 milhões.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante reduziu 10,3%, ou R\$ 14,5 milhões, passando de R\$ 141,1 milhões no exercício de 2016 para R\$ 126,6 milhões no exercício de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Salários e Provisões – Sujeitos à Recuperação Judicial

O saldo da conta Salários e Provisões – Sujeitos à Recuperação Judicial, reduziu 43% ou R\$ 14,0 milhões, passando de R\$ 32,6 milhões no exercício de 2016 para R\$ 18,6 milhões em 2017, devido principalmente a transferência de valores para o passivo não circulante no montante de R\$ 8,2 milhões, como também, ajustes de valores e baixas, conforme atualização da lista de credores classe I do Plano de Recuperação Judicial.

Outras Contas a Pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar reduziu 80,8%, ou R\$ 19,1 milhões, passando de R\$ 23,8 milhões no exercício de 2016 para R\$ 4,8 milhões no exercício de 2016, devido a despesas aduaneiras reconhecidas no contexto da adesão ao PERT em R\$16,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante reduziu 20,0%, ou R\$ 77,3 milhões, passando de R\$ 386,0 milhões no exercício de 2016 para R\$ 308,7 milhões no exercício de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis

O saldo da conta de Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis reduziram 56,1% ou R\$ 69,6 milhões, passando de R\$ 123,9 milhões no exercício de 2016 para R\$ 54,4 milhões no exercício de 2017, devido principalmente a adesão de processos contingentes tributários ao PERT.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido aumentou 21,6%, ou R\$ 24,8 milhões, passando de R\$ 115,0 milhões no exercício de 2017 para R\$ 139,9 milhões no exercício de 2018, devido principalmente, ao valor atribuído a participação dos acionistas não-controladores em R\$ 26,3 milhões, e ao efeito do ajuste de conversão das investidas no exterior.

Liquidez e Recursos de Capital Fontes e Usos de Recursos

Historicamente, nossas principais fontes de recursos foram o caixa gerado pelas nossas operações e a captação de Empréstimos e Financiamentos, Bônus Perpétuos e Debêntures Conversíveis. No entanto, com o agravamento da crise no segmento de óleo e gás, momento em que a geração de caixa ficou comprometida e capacidade de captação de recursos no mercado bastante limitada, a empresa passou por um forte processo de reestruturação, que culminou com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial em 19 de fevereiro de 2017, que permitiu o alongamento de suas obrigações com seus credores.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016. Nos últimos 3 anos a principal fonte de recurso foi a venda de ativos.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	2017	2018
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	239.260	(16.298)	(22.966)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	29.919	22.599	23.430
Fluxo de Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(298.956)	(5.399)	(1.354)
Efeitos das Oscilações de Câmbio sobre o Caixa de Controladas no Exterior	(2)	-	-
Caixa Líquido Inicial de Empresa Reclassificada para Outros Investimentos	-	-	-
Caixa Líquido Inicial de Empresas Incorporadas	-	-	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(29.779)	902	(890)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	31.012	1.233	2.135
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.233	2.135	1.245

Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Companhia. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, matérias-primas em estoque, e pagamento de salários, por exemplo.

Em 2018, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$ 22,9 milhões versus consumo de R\$ 16,3 milhões no exercício de 2017, aumento de R\$ 6,7 milhões, devido principalmente ao consumo de caixa pelas operações e legado acima descritos

Em 2017, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$ 16,3 milhões versus consumo de R\$ 239,3 milhões no exercício de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades de Investimentos

As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Companhia. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

Nos anos de 2016, 2017 e 2018, o saldo total de nossos investimentos em ativo imobilizado, intangível e aquisição de investimentos, menos os montantes totais de venda de ativos totalizaram o montante positivo de R\$ 29,9, R\$ 22,6 e R\$ 23,4 milhões de geração, respectivamente.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados e a desmobilização nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	2017	2018
Integralização de capital em controlada	-	-	20.077
Recursos Provenientes de Venda de Imobilizado	50	23.638	6.623
Recurso Proveniente de Venda de Investimentos	28.599	11.788	89
Compras de Imobilizado	(3.063)	(4.206)	(3.316)
Adição de Intangível	(171)	(42)	(87)
Alienação de Operação Descontinuada	-	-	-
Envio de recurso proveniente de venda de investimento para seus investidores	-	(10.665)	-
Títulos e Valores Mobiliários - Restritos	4.504	2.086	44
Total	29.919	22.599	23.430

Os investimentos realizados em 2018 totalizaram R\$ 3,3 milhões, que representou aumento de 21,2% sobre o valor investido em 2017.

Os investimentos realizados em 2017 totalizaram R\$ 4,2 milhões, que representou aumento de 31,3% sobre o valor investido em 2016. O saldo gerado de R\$ 22,6 milhões é devido especialmente à recurso proveniente da venda de participação societária na sociedade Lupatech OFS S.A.S em R\$11,8 milhões.

Os investimentos realizados em 2016 totalizaram R\$ 3,0 milhões, que representou redução de 50,8% sobre o valor investido em 2015. O saldo gerado de R\$ 28,6 milhões é devido especialmente à recurso proveniente da venda de participação societária na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., referente a 55.135 quotas, representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, recebendo por essa negociação o montante R\$ 28,6 milhões.

Atividades de Financiamento

As atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Em 2018, houve consumo de R\$ 1,3 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de emissão de R\$ 9,336 debêntures conversíveis em ações, captação de empréstimos no montante de R\$ 97,4 milhões reduzido por pagamento no montante de R\$ 106,2 milhões e juros sobre empréstimos de R\$ 1,8 milhões.

Em 2017, houve consumo de R\$ 5,3 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de captação de empréstimos no montante de R\$ 86,9 milhões reduzido por pagamento no montante de R\$ 90,1 milhões e juros sobre empréstimos de R\$ 2,5 milhões.

Em 2016, houve consumo de R\$ 298,9 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de captação de empréstimos no montante de R\$ 79,1 milhões reduzido por pagamento no montante de R\$ 83,1 milhões, juros sobre empréstimos de R\$ 2,8 milhões. Também pela redução de dívidas da Recuperação Judicial com bônus de subscrição no valor de pagamento de dívida com bônus de subscrição no valor de R\$ 292,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossos recursos são utilizados principalmente para o equilíbrio do capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Esta seção contém estimativas e perspectivas futuras as quais envolvem riscos e incertezas. Os nossos resultados reais poderão diferir significativamente das estimativas e perspectivas futuras aqui descritas. A discussão a seguir sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes. Nossas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 mencionadas nesta seção foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standard Board – IASB (IFRS).

a. Comentários sobre os resultados das nossas operações, descrição de componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

1. Exercício de 2018

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2018 atingiu R\$ 126,5 milhões versus R\$ 112,4 milhões apurados no exercício de 2017. O Segmento de produtos apresentou uma pequena redução em 2018 se comparado a 2017 principalmente nas Válvulas de Oil&Gás devido a vendas relevantes ocorridas para mercado externo em 2017 que não ocorreram em 2018. A partir do 2T18 alteramos a composição dos segmentos de negócio, passando a tratar a divisão de Tubulares como parte do negócio de Produtos que em 2018 faturou R\$ 2,0 milhões referente a conclusão do contrato que iniciou no 2T18. Na divisão de Válvulas Industriais as vendas de 2017 e 2018 foram bastantes similares. O Segmento de Serviços demonstrou uma Receita Líquida de R\$ 92,2 milhões em 2018 ante R\$ 77,5 milhões em 2017. O aumento se deu na divisão Oilfield Services Colômbia se deve à recuperação do mercado colombiano, catalisada pela recapitalização da empresa colombiana na transação com a Petroalianza. A redução de receitas na divisão de Oilfield Services Brasil espelha a descontinuação dos negócios no Segmento o faturamento ocorrido em 2018 não é decorrente da operação, refere-se à venda de estoques.

O Lucro Bruto no exercício de 2018 foi positivo em R\$ 19,1 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ 5,3 milhões no exercício de 2017, tendo uma variação positiva de Margem Bruta de 15,1 pontos percentuais, em decorrência da melhora do mercado Colombiano.

As Outras despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 36,4 milhões em 2017 de receita versus R\$ 31,1 milhões de despesa. Variação de R\$ 67,5 milhões está relacionada aos seguintes fatores: (i) R\$ 54,6 milhões referente reversão em 2017 de ajuste a valor justo das contingências assumidas na combinação de negócio da San Antonio Brasil S/A em agosto de 2012 não recorrente em 2018; (ii) R\$ 8,6 milhões relativos a variações de passivos ajustados na consolidação do PERT e (i) 2,8 milhões de perda na alienação de investimentos, referente a venda de participação societária de 49% da controlada indireta Lupatech OFS Cooperatief U.A.

Quando analisado 2018 versus 2017, observa-se um aumento na Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) de R\$ 2,4 milhões, devido principalmente a: (i) redução de multa, juros e encargos da adesão ao PERT (R\$ 40,8 milhões em 2017 ante 6,8 milhões em 2018); (ii) variação monetária decorrentes de atualização de Selic oriundos de pedido de restituição e saldo negativo de IRPJ e CSLL R\$ 9,3 milhões e (iii) R\$ 27,9 milhões da contabilização de receita de Ajuste a Valor Justo referente a emissão de Bônus de Subscrição conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

As Despesas Financeiras no ano de 2018 versus o de 2017, tiveram uma redução de R\$ 34,2 milhões Principalmente devido ao registro de multas, juros e despesas oriundas de parcelamento de débitos tributários consonante, o processo de consolidação do PERT (e também a contabilização do ajuste a valor presente da dívida sujeita a Recuperação Judicial.

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 24,7 milhões no exercício de 2018 ante resultado negativo de R\$ 22,0 milhões em 2017.

Analisando o EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuada de 2018 versus 2017, observa-se um aumento no Segmento de Produtos de R\$ 1,3 milhões e uma redução no Segmento de Serviços de R\$ 3,4 milhões. No de Produtos a melhora se deu principalmente em razão da melhor rentabilidade das vendas. Já no de Serviços a piora do EBITDA justifica-se pelos encerramentos dos contratos junto à Petrobrás ocorridos em julho de 2017, não gerando receita em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício de 2017

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2017 atingiu R\$ 112,4 milhões versus R\$ 138,4 milhões apurados no exercício de 2016. O Segmento de Produtos apresentou expressivo crescimento das vendas comparados com 2016 passando de R\$ 27,8 milhões para R\$ 34,8 milhões. O maior crescimento entre 2016 e 2017 se operou na unidade de válvulas de óleo e gás, que partiu de uma base baixa significativa em 2016 e contou com a captura de uma boa oportunidade de exportação no 1T17 respectivamente. Na divisão de Válvulas Industriais, ocorreu o aumento de 5% na Receita Líquida, passando de R\$ 22,1 milhões para R\$ 23,3 milhões, decorrente do esforço comercial, num ambiente onde verificamos uma retomada modesta de investimentos e manutenções no segmento industrial. O Segmento de Serviços demonstrou uma Receita Líquida de R\$ 77,5 milhões em 2017 ante R\$ 110,6 milhões em 2016. A redução se deu na divisão Oilfield Services Brasil, ocorreu devido a finalização dos contratos de Chaves Hidráulicas e Flexitubo junto à Petrobrás em julho de 2017. Já na divisão Oilfield Services Colômbia obteve um crescimento contínuo em decorrência da recuperação do mercado colombiano e também com a captura de negócios e oportunidades em razão da recapitalização da empresa colombiana.

O Lucro Bruto no exercício de 2017 foi negativo de R\$ 5,3 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ R\$ 30,6 milhões no exercício de 2016, tendo uma variação positiva de Margem Bruta de 17,4 pontos percentuais, em decorrência da melhora do mercado Colombiano e também com os gastos com o encerramento das atividades em Macaé no 3T17 respectivamente.

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 2,5 milhões de receita em 2016 versus R\$ 36,4 milhões em 2017 de receita, a variação de R\$ 33,8 milhões está relacionada aos seguintes fatores: (i) R\$ 54,6 milhões referente reversão de ajuste a valor justo das contingências assumidas na combinação de negócio da San Antonio Brasil S/A em agosto de 2012; (ii) R\$ 4,4 milhões de perda na alienação de investimentos, referente venda de participação societária de 49% da sociedade controlada indireta Lupatech OFS SA.S; (ii) R\$ 9,9 milhões de despesa com ociosidade de produção; (iii) R\$ 2,8 milhões referente a despesa respectivas a mercadorias importadas na divisão de Válvulas Oil&Gas e Cabos de Ancoragem em anos anteriores, que tiveram efetivado seu perdimento.

Quando analisado 2017 versus 2016, observa-se uma redução significativa na Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) de R\$ 412,3 milhões, devido principalmente aos eventos ocorridos em 2016 e não recorrentes em 2017, são eles: (i) registro da receita de ajuste a valor presente dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial no montante de R\$ 157,1 milhões; e (ii) ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 292,1 milhões referente aos bônus de subscrição a serem emitidos de acordo com a aprovação e homologação ocorridas em 01 de dezembro de 2016 do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

As Despesas Financeiras no ano de 2017 versus o de 2016, tiveram uma redução de R\$ 392,6 milhões, devido respectivamente à reversão de ajustes a valor presente da dívida sujeita à Recuperação Judicial em decorrência da anulação do primeiro plano homologado e da redução de despesas com juros, a qual diminuiu R\$ 27,8 milhões em 2017 versus 2016.

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 22,0 milhões no exercício de 2017 ante resultado negativo de R\$ 7,2 milhões em 2016.

Analisando o EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas de 2017 versus 2016, observa-se uma redução em ambos os Segmentos de R\$ 14,8 milhões. No de Produtos, houve um aumento da Receita Líquida e uma melhora da margem EBITDA em decorrência da redução de despesas administrativas, muito embora o resultado em reais tenha sido inferior. Já o de Serviços a variação justifica-se pela redução das atividades e custos com encerramento de contratos.

Visto que a Companhia foca seu futuro na retomada do negócio de produtos, é relevante avaliar o desempenho dessa unidade de negócios entre os dois exercícios. Em 2017 o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 18,0 milhões negativo e 2016 apresentou R\$ 23,3 milhões negativo. O crescimento das vendas veio acompanhado de uma melhora efetiva nos resultados, a qual tende a se expandir com maior atividade, visto que tanto a unidade de válvulas de óleo e gás como a unidade de cabos de ancoragem operaram em 2017 com volumes muito baixos e com nenhum volume respectivamente.

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2017 foi prejuízo de R\$ 4,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto em que participa.

Nos últimos três anos não houve variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços. Houve variação relevante em função da queda de demanda resultado da crise do segmento.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro

Nossa Receita Líquida é afetada pela variação cambial sobre recebíveis denominados em moeda estrangeira.

Nossa variação cambial sobre insumos tem pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado. Já a nossa variação cambial sobre a posição de endividamento em moeda estrangeira, impacta o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social. As taxas de juros também impactam o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social, na medida em que sua variação impacta diretamente o valor de juros a pagar, i.e., a despesa financeira.

A inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço dada à inflação através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que tem em carteira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) e suas controladas e associadas (conjuntamente o “Grupo”) é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA” LUPA3) e no mercado de balcão nos EUA por meio dos seus ADR (LUPAQ). O grupo que atua em dois segmentos de negócios: Produtos e Serviços e conta com 666 colaboradores no Brasil e na Colômbia.

No Segmento de Produtos, a Companhia produz válvulas indústrias, válvulas para óleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas, equipamentos para completação de poços.

No Segmento de Serviços, a Companhia oferece serviços de sondas de perfuração e workover, intervenção em poços, revestimentos e inspeção de tubulações, equipamentos para completação de poços.

A Companhia efetuou nos últimos 3 exercícios os desinvestimentos de operações *non-core* no Segmento de Serviços conforme segue:

- Controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. com transação envolvendo obrigação de capitalização pela empresa adquirente, na qual totalizou uma participação equivalente a 49%, em 31 de dezembro de 2017.
- Controlada direta Lupatech OFS Cooperatief U.A. com transação envolvendo obrigação de capitalização pela empresa adquirente, na qual totalizou uma participação equivalente a 49%, em novembro de 2018.

As receitas dos segmentos desinvestidos estão expressas conforme tabela abaixo:

		Receita Operacional Líquida		
		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
		(Em milhares de R\$, exceto percentuais e índices)		
	Operação	2016	2017	2018
Segmento Serviços				
Lupatech OFS S.A.S.	Alienação	-	28.278	46.857
Lupatech OFS Cooperatief	Alienação	-	-	-

Caso venha a ser concluído o desinvestimento do negócio de serviços da Colômbia pela venda e participação na Lupatech OFS Cooperatief, haverá substancial alteração nas demonstrações financeiras, pois atualmente os resultados são consolidados na Lupatech S.A. em decorrência a posição de controle.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Processo de desinvestimento de ativos non-core

Concomitante ao processo de capitalização e reestruturação do endividamento, para viabilizar o suporte ao fluxo de caixa de curto prazo e viabilização mínima de liquidez para a Companhia foram realizados importantes reforços de caixa advindos especialmente do processo de desinvestimento de ativos *noncore*:

Em 07 de março de 2016 a Companhia concluiu a venda da sua participação societária na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., referente a 55.135 quotas, representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, recebendo por essa negociação o montante R\$ 28.599. A operação é a recompra de referida participação societária pela própria Vicinay e foi aprovada pelo juiz da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem de Capital, onde tramita a recuperação judicial da Companhia.

Em dois momentos, durante o exercício de 2017 foi realizada a venda de participação societária da sociedade controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. para a Petroalanza International Ltd.: em 25 de agosto de 2017, foi vendido 19,6% de participação, pelo valor de US\$2.000.000,00, com transação envolvendo obrigação de capitalização pela empresa

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

adquirente e; em 07 de dezembro de 2017, foi vendido mais 13% de participação, pelo valor de US\$1.666.000,00, atingindo uma participação equivalente total de 49% em 31 de dezembro de 2017.

No ano de 2018 fora concluída a venda de 49% da participação da controlada direta Lupatech OFS Cooperatief U.A. pelo valor de US\$3.399.000,00.

- **c. eventos ou operações não usuais**

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Comentários dos diretores sobre questões contábeis

a) Comentários sobre mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu, dentre outros, os seguintes pronunciamentos que afetam as nossas atividades:

CPC 18 (R2) / Alterações a IAS 28 – Investimento em coligadas com controle compartilhado CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em conjunto
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações consolidadas

Esses pronunciamentos contábeis, aprovados pela CVM em 2012, passaram a ter sua aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, determinam que empreendimentos controlados em conjunto sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia através do método de equivalência patrimonial.

Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os ativos, passivos e contas de resultado das investidas com controle compartilhado Luxxon Participações S/A e Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba S/A, mantendo apenas a avaliação do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Assim as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, assim como, o resultado de operações da Companhia, utilizando a equivalência patrimonial para tais investimentos.

Em 2018 e 2017, para atender aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia preparou a reapresentação e reclassificação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”.

De acordo ao ICPC 16, quando instrumentos patrimoniais próprios emitidos para o credor para extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro são inicialmente reconhecidos, a entidade deve mensurá-los pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Dessa forma, a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos deve ser reconhecida no resultado do período. A Companhia reconheceu o referido ajuste no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A aceitação do plano de recuperação judicial pelos credores implica na impossibilidade de pagamento da parte da dívida a ser convertida em bônus de subscrição de outra forma que não pela entrega dos respectivos instrumentos patrimoniais, representando assim extinção do passivo financeiro. Assim, considerando que além de haver a impossibilidade de devolução dos valores, o saldo de passivo financeiro correspondente ao valor justo dos bônus de subscrição atende os critérios estabelecidos pelo item 16 do CPC 39, em atendimento item 39 do CPC 38, o referido saldo deve ser classificado como patrimônio, por não mais atender aos critérios de passivo financeiro, na data de efetivação.

Através de uma decisão favorável do mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal do Brasil no sentido de assegurar-lhe o direito de retificação da DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais), com o fim de expurgar impostos que haviam sido declarados sem que houvesse o dever legal de fazê-lo, tendo o mérito sido apreciado e julgado favoravelmente à Lupatech. O magistrado, em juízo de 1º grau do qual cabe recurso, determinou que a Companhia seja autorizada pela Receita Federal a retificar suas declarações com o fim de expurgar os valores indevidamente registrados no prazo de 90 dias, estando suspensa a exigibilidade do crédito da Certidão de Dívida Ativa correspondente até o trânsito em julgado do *mandamus*.

Os tributos afetados pela referida decisão estavam registrados no passivo circulante da Companhia no montante de R\$36.574 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$20.618 de principal registrado em exercícios anteriores e R\$15.956 referente a multas e juros registrados no exercício.

Com isso, devido ao reconhecimento da desobrigação do recolhimento do tributo, a Companhia está corrigindo o devido registro nas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia realizou uma correção no saldo de investimento da controlada direta *Finance Limited* oriundo do cálculo dos juros apropriados em empréstimos da Recuperação Judicial nos exercícios sociais em 2016 e 2017 respectivamente

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

representados pelos seguintes valores R\$ 2.203 e R\$1.043. O fato da empresa ser residente fora do Brasil foi necessário o reconhecimento do ajuste de avaliação patrimonial nos montantes de R\$(16) para 2016 e R\$(7) para 2017.

Os capítulos V, VI e VII, do plano de recuperação judicial apresentam a reestruturação dos Créditos sujeitos ao plano. Sobre esses Créditos há incidência de juros e de correção monetária a partir da Homologação Judicial do Plano. Inadvertidamente, houveram equívocos no cômputo e contabilização dessas dívidas e nos respectivos ajustes a valor presente. Desse modo a companhia recalculou os valores e está rerepresentando os saldos de Fornecedores RJ, Empréstimos, *Bonds* atualizados a Valor Presente conforme orienta o item 30 do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Os balanços patrimoniais reapresentados (individual e consolidado) trazem os valores atualizados para o exercício de 2016 do passivo a pagar “Empréstimos e Fornecedores – Recuperação Judicial” no montante de R\$107.316 para a Controladora e R\$153.626 para o Consolidado. E no exercício de 2017, para este mesmo grupo de passivo, os valores apresentados são R\$122.014 para a Controladora e R\$171.572 para o Consolidado. O efeito do Ajuste a Valor Presente gerou assim a correção dos valores apresentados para os impostos Diferidos, sendo ajustado R\$1.866 em 2016 para a Controladora e R\$2.392 para o Consolidado. No exercício de 2017 os ajustes realizados foram de R\$1.754 para a Controladora R\$1.902 para o Consolidado. Após estes ajustes, o valor a pagar de Imposto Diferido sobre AVP tornou-se no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$31.884 para a Controladora e R\$39.773 para o Consolidado. E no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 R\$30.464 para a Controladora e R\$37.932 para o Consolidado.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2018, a Companhia informa que houve alterações significativas de práticas contábeis, em relação a 2016 e 2017, respectivamente.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com base nas normas apresentadas acima, a Companhia informa que para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2016 e 2017, houve alterações significativas de práticas contábeis. Tais alterações foram originadas dos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1979/09 do Conselho Federal de Contabilidade e ICPC 16, conforme comentado no item a.

Abaixo seguem, as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, com as devidas correções citadas acima:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**• Balanço Patrimonial controladora e consolidado reapresentados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017**

	Controladora					
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2017	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2017
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	123	-	123	6	-	6
Títulos e valores mobiliários	1.541	-	1.541	807	-	807
Contas a receber de clientes	16.818	-	16.818	6.051	-	6.051
Estoques	30.595	-	30.595	22.106	-	22.106
Impostos a recuperar	5.650	-	5.650	4.317	-	4.317
Adiantamento a fornecedores	820	-	820	704	-	704
Outras contas a receber	3.813	-	3.813	1.612	-	1.612
Despesas antecipadas	1.368	-	1.368	1.111	-	1.111
Empresas ligadas	84.809	-	84.809	7.477	-	7.477
Total do ativo circulante	145.537	-	145.537	44.191	-	44.191
NÃO CIRCULANTE						
Depósitos judiciais	1.663	-	1.663	2.081	-	2.081
Títulos e valores mobiliários	2.046	-	2.046	927	-	927
Impostos a recuperar	6.101	-	6.101	13.418	-	13.418
Empresas ligadas	25.804	-	25.804	26.282	-	26.282
Outras contas a receber	6.724	-	6.724	7.098	-	7.098
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	3.513	-	3.513
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Investimentos em controladas e coligadas a.3)	356.588	2.203	358.791	375.419	1.043	376.462
Outros investimentos	90	-	90	90	-	90
Imobilizado	82.786	-	82.786	73.249	-	73.249
Intangível	-	-	-	-	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	55.414	-	55.414	55.414	-	55.414
Outros intangíveis	14.798	-	14.798	13.740	-	13.740
Total do ativo não circulante	552.014	2.203	554.217	571.231	1.043	572.274
TOTAL DO ATIVO	697.551	2.203	699.754	615.422	1.043	616.465
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Controladora					
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2017	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2017
CIRCULANTE						
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	5.517	-	5.517	6.443	-	6.443
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial - classe I	6.517	-	6.517	7.719	-	7.719
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	11.343	-	11.343	14.998	-	14.998
Salários, provisões e contribuições sociais	4.201	-	4.201	3.528	-	3.528
Comissões a pagar	869	-	869	873	-	873
Impostos a recolher a.2)	45.117	(36.574)	8.543	4.084	-	4.084
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	32.628	-	32.628	18.596	-	18.596
Adiantamento de clientes	1.905	-	1.905	2.199	-	2.199
Provisão multas contratuais	1.105	-	1.105	1.003	-	1.003
Outras contas a pagar a.2)	1.542	478	2.020	1.986	-	1.986
Empresas ligadas	69.993	-	69.993	32.597	-	32.597
Total do passivo circulante	180.737	(36.096)	144.641	94.026	-	94.026
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial a.4)	65.862	(12.448)	53.414	73.247	(12.491)	60.756
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial a.4)	69.149	(15.248)	53.901	77.248	(15.390)	61.258
Imposto de renda e contribuição social diferidos a.4)	30.018	1.866	31.884	28.710	1.754	30.464
Impostos a recolher	5.734	-	5.734	4.671	-	4.671
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	10.820	-	10.820	8.572	-	8.572
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	-	-	-	8.184	-	8.184
Outras contas a pagar	1.096	-	1.096	1.096	-	1.096
Empresas ligadas	264.003	-	264.003	225.416	-	225.416
Provisão para passivo a descoberto em controladas em conjunto	19.180	-	19.180	8.434	-	8.434
Passivos a valor justo a.1)	6.341	(6.341)	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	472.203	(32.171)	440.032	435.578	(26.727)	408.851
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.853.684	-	1.853.684	1.853.684	-	1.853.684
Reserva de capital a.1)	-	6.341	6.341	6.341	-	6.341
Reservas e transações de capital	136.183	-	136.183	136.183	-	136.183
Opções outorgadas	13.549	-	13.549	13.549	-	13.549
Ajustes de avaliação patrimonial a.3)	65.617	(16)	65.601	65.969	(7)	65.962
Prejuízos acumulados	(2.024.422)	64.145	(1.960.277)	(1.989.908)	27.777	(1.962.131)
Atribuído a participação dos acionistas controladores	44.611	70.470	115.081	85.818	27.770	113.588
Atribuído a participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	44.611	70.470	115.081	85.818	27.770	113.588
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	697.551	2.203	699.754	615.422	1.043	616.465

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Consolidado						
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2017	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2017
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	1.233	-	1.233	2.135	-	2.135
Títulos e valores mobiliários	1.541	-	1.541	807	-	807
Contas a receber de clientes	44.912	-	44.912	26.906	-	26.906
Estoques	56.691	-	56.691	59.164	-	59.164
Impostos a recuperar	29.603	-	29.603	26.101	-	26.101
Adiantamento a fornecedores	14.095	-	14.095	13.534	-	13.534
Outras contas a receber	6.394	-	6.394	4.556	-	4.556
Despesas antecipadas	3.285	-	3.285	1.264	-	1.264
Ativos classificados como mantidos para venda	4.790	-	4.790	89.854	-	89.854
Total do ativo circulante	162.544	-	162.544	224.321	-	224.321
NÃO CIRCULANTE						
Depósitos judiciais	24.657	-	24.657	31.222	-	31.222
Títulos e valores mobiliários	2.046	-	2.046	927	-	927
Impostos a recuperar	37.040	-	37.040	41.759	-	41.759
Outras contas a receber	16.885	-	16.885	13.505	-	13.505
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	3.332	-	3.332
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	676	-	676	676	-	676
Imobilizado	281.730	-	281.730	143.178	-	143.178
Intangível	-	-	-	-	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	100.936	-	100.936	101.333	-	101.333
Outros intangíveis	15.776	-	15.776	14.427	-	14.427
Total do ativo não circulante	479.746	-	479.746	350.959	-	350.959
TOTAL DO ATIVO	642.290	-	642.290	575.280	-	575.280

Consolidado						
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2017	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	18.506	-	18.506	25.264	-	25.264
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial - classe I	6.517	-	6.517	7.719	-	7.719
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	23.411	-	23.411	33.358	-	33.358
Salários, provisões e contribuições sociais	8.272	-	8.272	9.009	-	9.009
Comissões a pagar	897	-	897	928	-	928
Impostos a recolher	60.062	(36.574)	23.488	22.628	-	22.628
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	32.628	-	32.628	18.596	-	18.596
Adiantamento de clientes	2.452	-	2.452	2.565	-	2.565
Provisão multas contratuais	1.105	-	1.105	1.162	-	1.162
Participações no resultado	-	-	-	620	-	620
Outras contas a pagar	23.372	478	23.850	4.771	-	4.771
Total do passivo circulante	177.222	(36.096)	141.126	126.620	-	126.620
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	65.862	(12.448)	53.414	73.247	(12.491)	60.756
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	-	-	-	67	-	67
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	118.189	(17.977)	100.212	127.998	(17.182)	110.816
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	12.666	-	12.666	5.792	-	5.792
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56.526	2.392	58.918	49.212	1.902	51.114
Impostos a recolher	10.047	-	10.047	5.950	-	5.950
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	123.977	-	123.977	54.410	-	54.410
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	-	-	-	8.184	-	8.184
Outras contas a pagar	7.669	-	7.669	3.223	-	3.223
Provisão para passivo a descoberto em controladas em conjunto	19.180	-	19.180	8.434	-	8.434
Passivos a valor justo	6.341	(6.341)	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	420.457	(34.374)	386.083	336.517	(27.771)	308.746
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.853.684	-	1.853.684	1.853.684	-	1.853.684
Reserva de capital	-	6.341	6.341	6.341	-	6.341
Reservas e transações de capital	136.183	-	136.183	136.183	-	136.183
Opções outorgadas	13.549	-	13.549	13.549	-	13.549
Ajustes de avaliação patrimonial	65.617	(16)	65.601	65.969	(7)	65.962
Prejuízos acumulados	(2.024.422)	64.145	(1.960.277)	(1.989.908)	27.777	(1.962.131)
Atribuído a participação dos acionistas controladores	44.611	70.470	115.081	85.818	27.770	113.588
Atribuído a participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	26.325	-	26.325
Total do patrimônio líquido	44.611	70.470	115.081	112.143	27.770	139.913
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	642.290	-	642.290	575.280	-	575.280

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**• Demonstração do resultado controladora e consolidado reapresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

	Controladora			Consolidado		
	Saldo originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldo reapresentados em 31/12/2017	Saldo originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldo reapresentados em 31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25.510	-	25.510	112.366	-	112.366
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(26.707)	-	(26.707)	(117.645)	-	(117.645)
Lucro (prejuízo) bruto	(1.197)	-	(1.197)	(5.279)	-	(5.279)
DESPESAS OPERACIONAIS						
Com vendas	(13.401)	-	(13.401)	(15.114)	-	(15.114)
Gerais e administrativas	(5.519)	-	(5.519)	(28.381)	-	(28.381)
Remuneração dos administradores	(3.499)	-	(3.499)	(3.499)	-	(3.499)
Resultado de equivalência patrimonial	27.735	(1.169)	26.566	6.182	-	6.182
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.214)	-	(2.214)	36.388	-	36.388
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.905	(1.169)	736	(9.703)	-	(9.703)
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	15.212	-	15.212	44.080	-	44.080
Despesas financeiras	(31.627)	1.530	(30.097)	(65.583)	(17)	(65.600)
Variação cambial, líquida	(3.759)	(745)	(4.504)	(7.596)	(745)	(8.341)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(18.269)	(384)	(18.653)	(38.802)	(762)	(39.564)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	-	-	-	(10.719)	-	(10.719)
Diferidos	14.167	112	14.279	45.419	490	45.909
LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(4.102)	(272)	(4.374)	(4.102)	(272)	(4.374)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(4.102)	(272)	(4.374)	(4.102)	(272)	(4.374)
PREJUÍZO ATRIBUÍVEL A:						
Proprietários da controladora	(4.102)	(272)	(4.374)	(5.487)	(272)	(5.759)
Participações não-controladores	-	-	-	1.385	-	1.385

• Fluxo de caixa controladora e consolidado reapresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Saldo originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldo reapresentados em 31/12/2017	Saldo originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldo reapresentados em 31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.102)	(272)	(4.374)	(4.102)	(272)	(4.374)
Equivalência patrimonial	(27.735)	1.169	(26.566)	(6.182)	-	(6.182)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	29.345	(8.777)	20.568	22.247	(5.642)	16.605
Imposto de renda e contribuição social diferido	(14.167)	(112)	(14.279)	(45.419)	(490)	(45.909)
Ajuste a valor presente	5.495	7.992	13.487	5.676	6.404	12.080
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	8.353	-	8.353	(16.298)	-	(16.298)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	6.635	-	6.635	22.599	-	22.599
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento	(15.105)	-	(15.105)	(5.399)	-	(5.399)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(117)	-	(117)	902	-	902
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	123	-	123	1.233	-	1.233
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	6	-	6	2.135	-	2.135

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**• Demonstração do resultado abrangente controladora e consolidado reapresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Controladora e Consolidado			
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.102)	(272)	(4.374)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO			
Variação cambial sobre investimentos no exterior	2.872	-	2.872
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.230)</u>	<u>(272)</u>	<u>(1.502)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍDO A:			
Participação dos acionistas controladores	(2.615)	(272)	(2.887)
Participação dos acionistas não-controladores	1.385	-	1.385

• Demonstração do valor adicionado controladora e consolidado reapresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2017	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2017	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2017
RECEITAS	38.110	-	38.110	263.422	-	263.422
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(35.467)	-	(35.467)	(182.303)	-	(182.303)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.643	-	2.643	81.119	-	81.119
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(7.105)	-	(7.105)	(23.549)	-	(23.549)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(4.462)	-	(4.462)	57.570	-	57.570
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFÊNCIA	262.747	-	262.747	294.566	-	294.566
Resultado de equivalência patrimonial a.3)	27.735	(1.169)	26.566	6.182	-	6.182
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	286.020	(1.169)	284.851	352.136	-	352.136
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	286.020	(1.169)	284.851	352.136	-	352.136
Pessoal	14.769	-	14.769	57.053	-	57.053
Impostos, taxas e contribuições:	(7.778)	(112)	(7.890)	(20.089)	(490)	(20.579)
Remuneração de capitais de terceiros:	283.131	(785)	282.346	319.274	762	320.036
Juros e demais despesas financeiras a.4)	282.921	(785)	282.136	317.483	762	318.245
Aluguéis	210	-	210	1.791	-	1.791
Remuneração (perdas) de capitais próprios	(4.102)	(272)	(4.374)	(4.102)	(272)	(4.374)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(4.102)	(272)	(4.374)	(5.487)	(272)	(5.759)
Participações não-controladores				1.385		1.385

1. c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2016, 2017 e de 2018.

Ressalvas:

Não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2016, 2017 e de 2018.

Ênfase:

Recuperação judicial

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em 8 de novembro de 2016, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, tiveram seu novo plano de recuperação judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 1 de dezembro de 2016. A Companhia apresentou embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve apresentação de nenhum agravo contra o plano homologado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm gerado prejuízos recorrentes e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 incorreram em prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 103.030 na controladora e R\$ 111.472 no consolidado e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa, bem como a capacidade de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal do negócio da Companhia, dependem do sucesso dos planos de readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia e suas controladas, assim como o cumprimento do plano de recuperação judicial, descritos na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Incerteza relevante na adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, a Companhia promoveu a adesão de diversas sociedades controladas e investidas do Grupo Lupatech ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº. 783/2017 e pela Lei nº. 13.496/2017. A Companhia, por meio dessa ação, reorganizou o montante de R\$123.000 de seu passivo relacionado a contingências e obrigações fiscais, o qual veio acompanhado de descontos em juros, multas e encargos num total de R\$48.000. Devido a questões operacionais nos processos de adesão e processamento das informações pela Receita Federal do Brasil, até a data de emissão desse relatório, parte significativa (77%) dos passivos aderidos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, tomou tempestivamente as medidas administrativas e legais preventivas indicadas para assegurar o direito ao processamento da adesão, considerada como provável pelos consultores jurídicos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.1, em decorrência dos ajustes para correção de erros identificados com relação às demonstrações financeiras de 2016 (saldos iniciais de 2017) e de 2017, os valores correspondentes referentes a esses exercícios, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos Diretores - Políticas Contábeis Críticas:

As nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As políticas contábeis críticas são aquelas cuja aplicação é relevante para a condição financeira e resultado das operações e que requer julgamentos complexos ou subjetivos por parte da Administração, usualmente como resultado da necessidade de se elaborarem estimativas sobre os efeitos de assuntos que, inerentemente, envolvem incertezas. À medida que o número de variáveis e premissas que afetam a resolução futura de incertezas aumenta, esses julgamentos se tornam mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas das demonstrações financeiras:

- Nota explicativa 12 – Imobilizado;
- Nota explicativa 13 – Intangíveis;
- Nota explicativa 18 – Impostos de renda e contribuição social;
- Nota explicativa 20 – Processos contingentes e depósitos judiciais;

De modo a proporcionar um entendimento de como a Administração forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. É calculado usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração do Grupo. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros.

• Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e reflete significativamente a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- **Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios**

Em 2012 e em anos anteriores, conforme descrito na nota explicativa nº 11, foram realizadas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, os custos da entidade adquirida devem ser alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença a maior entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. Em determinados casos são contratados especialistas externos de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas para avaliação inclui estimativas de fluxos de caixa descontados ou taxas de descontos e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

- **Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa**

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos de ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises por período menor que o anual. Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil destes ativos.

Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. A Companhia realizou novos testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação das unidades geradoras de caixa da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista, bem como se os planos da Administração para os negócios da Companhia, descritas na nota explicativa nº 1 não se concretizaram como esperado no futuro.

As avaliações e teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, tem como pressuposto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

Demais estimativas, julgamentos e políticas aplicáveis às nossas demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

1. Instrumentos Financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado.

Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferido, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos e passivos financeiros não derivativos – mensuração

- **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorrido, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

- **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda. Quando aplicável, os

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

- **Contas a receber de clientes**

São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela referente ao instrumento de dívida) são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor captado, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos incorridos diretamente relacionados a transações de emissão de títulos e dívidas foram alocados, em conta redutora do correspondente passivo circulante e não circulante. Esses custos são apropriados ao resultado pelo período do financiamento como complemento do custo de captação, ajustando, assim, a taxa de juros efetiva da operação.

2. Ajuste a valor presente

Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

3. Ajuste a valor justo

Para os ativos e passivos financeiros sem cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O ajuste a valor justo é apresentado em conta específica, determinada como ajuste a valor justo e sua variação é alocada ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência.

4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de absorção total de custos industriais, inferior aos valores de realização.

No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação

5. Intangíveis

• Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Conforme ICPC 9, o ágio de aquisições de controladas fundamentado em rentabilidade futura é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como “investimentos” e nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”. A parcela fundamentada em mais valia de ativo imobilizado é classificada, no balanço da controladora, como “investimentos” e no consolidado ao saldo do correspondente ativo.

O ágio é testado anualmente, ou em um período menor, quando houver indicativo de deterioração do investimento, para verificar prováveis perdas (*impairment*).

O ágio é alocado nas unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

• Softwares e desenvolvimento de produtos e processos

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em 5 anos. A amortização destes valores é alocada, principalmente, na linha de custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado.

Os custos associados ao desenvolvimento, manutenção ou ao aprimoramento de novos produtos e processos, que apresentem objetivamente a geração de benefícios econômicos futuros através da formação de nova receita ou pela redução de custos, são ativados em conta específica e amortizados pela vida útil definida na qual os benefícios a serem gerados foram estimados.

6. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda

Quando da identificação de ativos que satisfaçam os critérios de classificação de “ativos mantidos para venda”, ou seja, cujo valor contábil do bem será recuperado por meio de uma operação de venda ao invés de ser utilizado na própria operação da Companhia, estes serão classificados para o ativo circulante e mensurados pelo menor valor entre o contábil registrado e o valor justo menos as despesas de venda. A depreciação desses ativos deve cessar.

Os valores dos ativos classificados como mantidos para venda serão apresentados separadamente no balanço patrimonial, assim como os resultados das operações descontinuadas também serão apresentadas separadamente na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano
Terrenos	-
Prédios e construções	2%
Máquinas e equipamentos	9%
Moldes e matrizes	15%
Instalações industriais	5%
Móveis e utensílios	9%
Equipamentos para processamento de dados	14%
Benfeitorias	2%
Veículos	19%

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

7. Estimativa para redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

- **Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

- **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora do respectivo ativo. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

- **Ativos classificados como disponíveis para venda**

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Atualmente a Companhia possui Ativos Mantidos para Venda reconhecidos no Balanço pelo valor de mercado conforme laudos de avaliação, os quais podem ser negociados pelo valor mínimo de liquidação forçada, essas operações geram custos na alienação de ativos os quais são reconhecidos diretamente no resultado.

- **Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial**

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

9. Benefícios a empregados e administradores

- **Remuneração com base em ações**

A Companhia oferece um Plano de Outorga de Opção de Ações a profissionais a serem selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre os administradores, executivos, colaboradores e prestadores de serviços e de nossas controladas. A outorga de opções é uma transação mercantil entre a empresa e o beneficiário pela qual lhe é oportunizada a aquisição de ações com recursos próprios. O valor justo das opções outorgadas é calculado em função sobretudo da diferença entre o preço de mercado das ações e o preço de exercício da opção, e é, calculado na data da outorga e reconhecido como despesa durante o período ao qual o direito é adquirido, por metodologia hábil ao cálculo do valor de opções. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. O valor total da despesa reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, será reconhecida na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio, na conta "Reserva de Capital – Opções Outorgadas".

- **Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nos Planos de Participação nos Resultados e Plano de Remuneração Variável, quando aplicável, que leva em conta metas individualizadas e corporativas.

10. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido (Nota explicativa nº 20). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

11. Demais direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

12. Demonstração do Resultado

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita da venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens e serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau de normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais bens; c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; d) o recebimento de contas a receber é provável; e) os custos incorridos ou a incorrer referentes às transações possam ser medidos com segurança.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na unidade Cordoaria (“Lupatech Ropes”) o critério adotado para reconhecimento da receita de vendas e respectivos custos é o método conhecido como “Porcentagem de Conclusão (POC)” devido às características de atividade e comercialização dos produtos, as quais apresentam tempo médio de produção superior à periodicidade na qual as informações contábeis são divulgadas (trimestral). Neste critério, o reconhecimento da receita e os respectivos custos de produção são feitos com base no estágio de produção. As especificações técnicas dos produtos são determinadas pelo cliente e específicos para cada um dos projetos, sendo o processo de produção supervisionado diretamente pelo cliente ou pelos órgãos certificadores por eles indicados.

13. Conversão de saldos em moeda estrangeira

• Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores na data das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Empresas controladas diretas e indiretas	Moeda Funcional	País
Participações diretas		
Mípel Ind. e Com. de Válvulas Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Lupatech II Finance Limited	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lupatech OFS Coöperatief U.A.	Dólar Americano	Holanda
Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	Dólar Americano	Holanda
Participações indiretas		
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	Dólar Americano	Holanda
Lupatech OFS S.A.S.	Peso Colombiano	Colômbia
Lupatech Perfuração e Completação Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Prest Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
UNAP International Ltd.	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Empresas controladas em conjunto	Moeda Funcional	País
Participações diretas		
Luxxon Participações Ltda.	Reais	Brasil
Participações indiretas		
Aspro do Brasil Sistemas de Compressão Ltda.	Reais	Brasil

• Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo utilizadas como base para avaliação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação conforme abaixo:

- (i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço;
- (ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- (iii) Os saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura originados da aquisição de entidades no exterior, realizada após a adoção dos CPCs/IFRS, e quaisquer ajustes de valor justo nos valores contábeis de ativos e passivos originados da aquisição dessa entidade no exterior são tratados como ativos e passivos de entidade

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

no exterior. Desse modo, eles são expressos na moeda funcional da respectiva entidade adquirida no exterior e são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço; e

Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha “Ajustes Acumulados de Conversão”, subconta do grupo “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

14. Lucro (Prejuízo por ação)

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

15. Investimentos em controladas (Controladora)

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o resultado dessa avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais sobre investimentos no exterior (controladas que possuem operação própria), as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, para serem reconhecidas em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Conforme ICPC 9, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), representado pela diferença positiva entre o valor pago (ou valores a pagar) e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como “investimentos” e nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”.

16. Relatório por Segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. As tomadas das decisões estratégicas do Grupo são de responsabilidade do Conselho de Administração

17. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. os ativos e passivos detidos por nós, direta ou indiretamente, que não aparecem no nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Nesta data não tínhamos quaisquer operações ou compromissos não registrados nas nossas demonstrações financeiras. Não possuímos quaisquer subsidiárias que não estejam incluídas nas nossas demonstrações financeiras consolidadas, nem possuímos quaisquer participações em, ou relacionamentos com quaisquer sociedades de propósito específico que não estejam refletidos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

- **b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia Não aplicável.

• **b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia está apresentando abaixo, orçamento de capital para o exercício de 2019, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Assim sendo, para o exercício de 2019, foram consideradas despesas operacionais com manutenção da capacidade produtiva, aquisição de ferramental e adequação de normas, no valor estimado de R\$ 0,8 milhões.

Caso a Companhia adicione novos projetos ao seu backlog durante o exercício de 2019 que demandem investimentos materialmente adicionais, comunicará aos seus acionistas e ao mercado em geral.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, não foram contemplados investimentos para exercício de 2018.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não possuímos desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva

Não aplicável, não foram contemplados investimentos para exercício de 2018.

c. novos produtos e serviços indicando:

No ano de 2018, a Companhia não contemplou investimentos destinados a produtos ou serviços que não estejam no seu portfólio de vendas. Há novos produtos e serviços em estudo que não foram divulgados ao mercado, que consumiram apenas despesas correntes de menor monta ou recursos humanos e materiais já existentes, pelo estágio embrionário em que se encontram.

- i.* Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii.* Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii.* Projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv.* Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os itens *i*, *ii*, *iii* e *iv* não se aplicam conforme indicado acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Como a manutenção de nossas operações vem dependendo da efetivação de desinvestimentos, nosso fluxo de caixa e capital de giro são ocasionalmente afetados pela insuficiência de recursos para manter as atividades regularmente.